



Anais da Assembleia

Nº 137

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 208ª SESSÃO LEGISLATIVA

REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Erondy Silvério.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 110/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 131/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 110/77. Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 209ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Jurandir

Messias.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 115/77

Curitiba, 13 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a reformulação, atualização, forma de incidência e cobrança da Taxa de Segurança Pública.

A necessidade, oportunidade e elevado interesse público na aprovação do plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, estão devidamente detalhados em justificativa apresentada pelo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, segundo a qual:

“O presente anteprojeto de lei, outro objetivo não tem senão o de atualizar a forma de incidência e cobrança da Taxa de Segurança Pública.

De modo geral, procurou-se manter a estrutura da legislação anterior, suprimindo-se alguns itens e incluindo-se outros que, devido a acontecimentos nos últimos anos ficaram sem objeto, ou estão necessitando de atendimento. Exemplo flagrante são os referentes a alienígenas, passaportes e vistos de saída, cujos serviços passaram a ser executados pelo Governo Federal. A supressão da cobrança da taxa a estabelecimentos de crédito fez-se também necessária, uma vez que esta ficou sem objeto por falta de contra-prestação de serviço. As inclusões havidas são mínimas e se referem à segunda via de documentos e de atestados não previstos na legislação anterior. A fixação de valores para cobrança no ano seguinte, de conformidade com o princípio da anualidade fiscal, baseou-se, na quase totalidade dos itens, incisos e alíneas das tabelas anexas, no índice fixado pelo Decreto Federal número 79.611 de 28/04/77 e, em alguns casos, na similitude de serviços, em outros, no custo da utilidade prestada ou posta à disposição dos interessados.

A forma de arrecadação em alguns itens passou de mensal

para anual em sua fixação, de modo a facilitar tanto o pagamento como o seu lançamento.

Assim, com a finalidade de melhor adequar os serviços pertinentes à segurança pública ao momento atual, é o anteprojeto em tela submetida à elevada apreciação das dignas autoridades constituídas para que a egrégia Assembléia Legislativa do Estado se digne aprová-lo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — A Taxa de Segurança Pública destina-se ao atendimento das despesas resultantes dos serviços prestados pelo Estado do Paraná, a que se referem os itens, incisos e alíneas constantes das tabelas anexas, que fazem parte integrante desta lei.

Art. 2º — Para os efeitos desta lei são considerados contribuintes as pessoas naturais ou jurídicas, que se utilizarem dos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 3º — A Taxa de Segurança Pública será recolhida através do estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná, e onde não houver agência deste, nas agências arrecadoras competentes, na conformidade dos valores estipulados nas tabelas integrantes desta lei.

Parágrafo único — O recolhimento da Taxa de Segurança Pública obedecerá aos procedimentos usuais adotados para os demais tributos estaduais.

Art. 4º — Os valores constantes dos itens, incisos e alíneas serão anualmente reajustados, de acordo com os índices de reajustamento fixados pelo Governo Federal.

§ 1º — Estabelecido o coeficiente de reajustamento, a Secretaria de Estado da Segurança Pública baixará resoluções fixando os valores respectivos, desprezadas as frações de cruzeiro.

§ 2º — Os valores reajustados serão cobrados sempre no exercício seguinte.

Art. 5º — Os valores estabelecidos nas tabelas anexas serão cobrados a partir do próximo exercício.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA "A" DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL

1 — Alvará mensal para:

a) Alto-falantes:

I — fixos ou móveis para propaganda em geral Cr\$ 71,00

II — fixos ou móveis para diversões Cr\$ 86,00

b) Boite, music-hall, grill-room, drive-in, uiscaria, dancing ou cabaré, taxi-girl, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:

I — com bailarinas de sala e "show" Cr\$ 416,00

II — com bailarinas de sala, sem "show" ... Cr\$ 305,00

III — com "show", sem bailarinas de sala ... Cr\$ 247,00

IV — sem "show" e sem bailarinas de sala .. Cr\$ 204,00

c) Cinemas:

I — com exibição em qualquer bitola, em cidades de até 50.000 habitantes Cr\$ 27,00

II — com exibição em bitola de 35 mm em cidades de mais de 50.000 habitantes Cr\$ 48,00

III — até 3 sessões semanais Cr\$ 86,00

IV — até 4 sessões por dia Cr\$ 204,00

V — com lotação até 1.000 lugares Cr\$ 204,00

VI — com lotação superior a 1.000 lugares .. Cr\$ 247,00

VII — com mais de 4 sessões por dia Cr\$ 314,00

NOTA: os cinemas com exibição de bitola de 70 mm terão um aumento de 20 por cento e os cinemas com bitola de 16 mm, um abatimento de 50 por cento.

VIII — cinemas ambulantes (drive-in) ou similares

..... Cr\$ 123,00

d) Outras diversões públicas:

I — bilhares e snooker em geral; jogos de habilidade, através de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica; jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia, alvará por unidade Cr\$ 64,00

II — bilhareto ou bilhar americano, explorado por pessoa física ou jurídica, que não seja instalado em sociedade recreativa, registrada na Delegacia de Polícia, alvará por unidade Cr\$ 47,00

III — execução musical, fenomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casas de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável . Cr\$ 71,00

IV — orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda, em bar, confeitaria, leiteria, sorveteria, lancharia, ou em outros estabelecimentos congêneres Cr\$ 57,00

e) Parques ou "Stand" de diversões:

I — por aparelho ou local de atração Cr\$ 48,00

II — com tiro ao alvo, por arma Cr\$ 19,00

f) Parque de patinação e piscina pública em recinto aberto ou fechado Cr\$ 204,00

g) Jogos de carteados lícitos, permitidos em sociedades legitimamente constituídas, alvará por mesa Cr\$ 204,00

h) Rádio emissora e Televisão Cr\$ 123,00

i) Demais diversões públicas não especificadas nesta Tabela Cr\$ 162,00.

2 — Alvará para:

a) Bailes:

I — públicos ou populares, com cobrança de ingressos, mesa, ou convite:

— em cidades com até 50.000 habitantes, por baile Cr\$ 86,00

— em cidades com mais de 50.000 habitantes, por baile Cr\$ 123,00

II — nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do Interior, por baile Cr\$ 48,00

b) Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:

I — de 1 a 5 dias de espetáculos Cr\$ 100,00

II — de 6 a 10 dias de espetáculos Cr\$ 151,00

III — de 11 a 15 dias de espetáculos Cr\$ 204,00

IV — de mais de 15 dias de espetáculos Cr\$ 314,00

c) Luta livre, box ou similares, com entradas pagas, por espetáculo Cr\$ 144,00

d) Gelorama ou similares, por dia Cr\$ 314,00

3 — Registro de:

a) Associações recreativas, clubes, sociedades privadas etc (anual) Cr\$ 204,00

b) Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se referem o item 1, alínea b, e incisos, desta Tabela (anual) Cr\$ 314,00

c) Salões de bailes denominados "públicos", ou "populares", ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes (anual) Cr\$ 204,00

d) Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:

I — bailarinas de sala Cr\$ 19,00

II — artistas e auxiliares teatrais etc Cr\$ 57,00

III — empresários e proprietários Cr\$ 100,00

4 - Vistorias diversas:

Por vistoria Cr\$ 162,00

5 - Comprovada a falta de pagamento das taxas previstas na presente Tabela, o infrator será autuado e multado pecuniariamente em até o triplo da Taxa prevista Cr\$

NOTA : Serão competentes para efetuar a autuação, na Capital, a Delegacia de Jogos e Diversões e, no Interior, as respectivas Delegacias de Polícia.

6 - Certidões:

a) de autos de inquéritos policiais, processos contravencionais etc., por folha Cr\$ 8,00

b) negativas, expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis Cr\$ 41,00

c) diversas, de atos praticados em Delegacias de Polícia, não compreendidas nas Tabelas desta Lei Cr\$ 27,00

7 - Atestados diversos, fornecidos pelas autoridades policiais Cr\$ 15,00

8 - Inscrição no Curso de Formação de Vigilantes da Escola de Polícia (Decreto 2.140/76) Cr\$ 200,00

9 - Expedição de Certificados diversos pela Escola de Polícia Cr\$ 50,00

TABELA "B"

DOS ATOS RELATIVOS À ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

10 - Alvará:

a) para Agências de Informações - anual ... Cr\$ 100,00

b) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciarem ou reformem armas em geral - anual Cr\$ 100,00

c) de fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:

I - fabricantes - anual Cr\$ 1.200,00

II - representantes - anual Cr\$ 500,00

III - comerciantes - anual Cr\$ 500,00

d) de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis - anual Cr\$ 500,00

e) de habilitação para exercer a profissão de encarregado de fogo e/ou técnico de explosivos - "blaster" - anual

..... 20,00

f) de licença para transporte de mostruário de armas e munições - anual Cr\$ 500,00

g) licença para o comércio de fogos de artifícios:

I - firmas-atacadistas - anual Cr\$ 500,00

II - firmas varejistas - anual Cr\$ 500,00

h) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivos - alvará anual :

I - autônomo - por unidade transportadora .. Cr\$ 57,00

II - empresas - por unidade transportadora .. Cr\$ 78,00

i) de vistoria em fábricas ou depósito de explosivos ou inflamáveis - anual Cr\$ 64,00

j) de licença para uso ou emprego de explosivos - anual Cr\$ 500,00

11 - Registros anuais:

a) de arma de defesa pessoal Cr\$ 64,00

b) de arma de tiro ao alvo ou caça Cr\$ 100,00

c) de museus ou colecionadores de armas :

I - até dez armas Cr\$ 64,00

II - mais de dez armas Cr\$ 100,00

d) de hotéis, motéis, pensões e similares:

I - até dez quartos Cr\$ 64,00

II - de onze, a vinte quartos Cr\$ 78,00

III - de vinte e um a cinquenta quartos ... Cr\$ 162,00

IV - de mais de cinquenta quartos Cr\$ 305,00

e) transferências de registros em geral Cr\$ 64,00

12 - Atestados:

a) de antecedentes político e social:

I - para fins particulares Cr\$ 19,00

II - para fins de obtenção de emprego Cr\$ 10,00

b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos Cr\$ 41,00

13 - Licenças:

a) para o porte de armas de defesa pessoal:

I - para motoristas profissionais - por ano ... Cr\$ 58,00

II - para particulares em geral - por ano ... Cr\$ 204,00

b) para trânsito de armas de caça - anual Cr\$ 19,00

c) para trânsito de armas de tiro ao alvo - anual

..... Cr\$ 41,00

d) para compra de armas e munições Cr\$ 19,00

14 - Certidões:

a) de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis Cr\$ 64,00

b) diversas, não compreendidas nesta Tabela . Cr\$ 41,00

15 - Certificado de cumprimento do Decreto 2.140/76 Cr\$ 424,00

TABELA "C"

DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO

16 - Atestados:

I - de antecedentes criminais para obtenção de visto de saída Cr\$ 34,00

II - de antecedentes criminais para outros fins Cr\$ 19,00

III - para pessoas não identificadas neste Estado

..... Cr\$ 19,00

17 - Cédulas:

I - de identidade Cr\$ 49,00

II - segunda via de cédula de identidade ... Cr\$ 100,00

III - retificações em geral Cr\$ 100,00

TABELA "D"

DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

18 - Certidões:

I - de laudo de necropsia Cr\$ 19,00

II - de laudo de exumação e necropsia Cr\$ 100,00

III - de laudo de lesões corporais para fins particulares Cr\$ 19,00

IV - de laudos para processos de acidentes do trabalho Cr\$ 19,00

V - de exames toxicológicos Cr\$ 19,00

VI - de exames anátomo-patológicos Cr\$ 19,00

VII - de exames sexológicos Cr\$ 19,00

VIII - de exame de verificação de idade Cr\$ 19,00

IX - de exame de sanidade mental Cr\$ 19,00

X - de exames de outras naturezas Cr\$ 19,00

19 - Taxa de embalsamamento Cr\$ 204,00

20 - Exames radiológicos Cr\$ 204,00

TABELA "E"

DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

21 - Exames externos:

I - Acidentes de Trânsito na Capital Cr\$ 204,00

II - Acidentes de Trânsito fora da Capital .. Cr\$ 416,00

22 — Vistorias:

- I — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital Cr\$ 167,00
 II — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital Cr\$ 314,00
 III — Levantamento em questões possessórias, na Capital Cr\$ 416,00
 IV — Levantamento em questões possessórias, fora da Capital Cr\$ 519,00
 NOTA: Os valores dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidos a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 102,00, em função do tempo de serviço dispensado a menor complexidade do trabalho.

- 23 — Exames diversos e pareceres; exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos Cr\$ 519,00
 NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devam ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.

24 — Fotografias:

- I — fotografias legendas e autenticadas até o tamanho 18x24 (primeira via) Cr\$ 19,00
 II — demais vias, por unidade Cr\$ 8,00
 III — ampliações fotográficas até o tamanho de 30x40 (primeira via) Cr\$ 100,00
 IV — demais vias, por unidade Cr\$ 78,00
 NOTA: Ampliações que ultrapassem o tamanho 30x40 serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.

25 — Cópias:

- a) fotostáticas de documentos, para cada folha ou exemplar Cr\$ 8,00
 b) heliográficas, por unidade:
 I — medindo até 33x22 Cr\$ 19,00
 II — ultrapassando essa medida Cr\$ 27,00
 c) de laudos, exceto fotografias e diagramas, por via Cr\$ 27,00
 NOTA: Não serão fornecidas cópias de laudos sem as respectivas ilustrações quando houver.

TABELA "F"
 DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO
 DE TRÂNSITO

I — Habilitação de condutores:

- 1 — Aprendizagem e autorização para conduzir veículos Cr\$ 34,00
 2 — Provas escritas ou orais, sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais Cr\$ 34,00
 3 — Provas práticas da direção na via pública Cr\$ 34,00
 4 — Exames:
 a) de sanidade física e mental Cr\$ 75,00
 b) psicotécnico Cr\$ 75,00
 c) segunda via cartão psicotécnico Cr\$ 100,00
 5 — Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 50,00
 6 — Averbação da Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 50,00
 7 — Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 50,00
 8 — Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses Cr\$ 71,00
 9 — Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses

..... Cr\$ 71,00

II — Licenças diversas:

- 10 — Às pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano Cr\$ 107,00
 11 — Para trânsito de veículos, sem placas, mediante licença especial de pára-brisa, até 15 dias, por dia ... Cr\$ 10,00
 12 — Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio) Cr\$ 107,00
 13 — Para uso anual de placa experiência Cr\$ 71,00
 14 — Para estacionamento em faixas de estacionamento — "pontos de estacionamento de veículos de aluguel" por ano Cr\$ 107,00

III — Autorização diversas:

- 15 — Para substituição, remarcação ou regravação de motor Cr\$ 34,00
 16 — Para remarcação ou regravação de chassis Cr\$ 35,00
 17 — Para remontagem de veículos Cr\$ 71,00
 18 — Para pequenas adaptações, no veículo, de acessórios não convencionais Cr\$ 71,00
 19 — Para colocação de dísticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais de inflamáveis, explosivos e materiais fisséis, por ano Cr\$ 34,00
 20 — Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito Cr\$ 71,00
 21 — Para guinchamentos privados, por guincho, anualmente Cr\$ 107,00

IV — Registros diversos:

- 22 — Registro anual de despachante Cr\$ 732,00
 23 — Registro anual de auto-escola Cr\$ 732,00
 24 — Registro de instrutor de auto-escola Cr\$ 107,00
 25 — De oficinas mecânicas que regravem motoris e chassi de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano Cr\$ 107,00
 26 — De estabelecimentos que comerciem com veículos irrecuperáveis ou peças básicas (motores e chassis) por ano Cr\$ 107,00

V — Serviços diversos:

- 27 — Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários, por folha Cr\$ 10,00
 28 — Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados Cr\$ 10,00
 29 — Pedidos protocolados no DETRAN Cr\$ 10,00
 30 — Levantamento de acidentes, à conta do causador devidamente julgado Cr\$ 71,00
 31 — Substituição de certificado de registro Cr\$ 71,00
 32 — Segunda via do certificado de registro Cr\$ 71,00
 33 — Vistorias domiciliares Cr\$ 71,00
 34 — Substituição de placas Cr\$ 34,00
 35 — Guinchamento Cr\$ 107,00
 36 — Estadia no estacionamento oficial do DETRAN - por dia Cr\$ 13,00
 37 — Apostilas em certificados Cr\$ 34,00
 — À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS ;

Sob o número 122/77, do Senhor Conrado Pereira dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Assaí, encaminhando requerimento de autoria do Vereador Takao Aoki, apresentado e aprovado em Sessão Ordinária realizada naquela Câmara Municipal, no qual solicita aos Senhores Parlamentares a interferência quanto ao horário bancário que vigora atualmente (das 10,00 h às 16,00 h) para o antigo (das 9,00 h às 16,30 h), tendo em vista grande transtorno que vem ocasionando em diversos setores da economia, com sensível prejuízo para os produtores,

comerciantes e aos consumidores. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 909/77, do Senhor Dr. Antônio Godinho Machado, no qual encaminha a este Poder Legislativo, relatório de serviços prestados por aquela Secretaria, durante o mês de setembro do ano em curso. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 103/77, do Senhor João Batista de Arruda, Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense, esclarecendo detalhes a respeito do assunto, ventilado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz, com relação ao recebimento de imagens de Emissora de Televisão de nossa Capital. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 143/77.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvida a Casa, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LOURIVAL CORDEIRO, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, perdendo-se assim, uma expressiva figura do Município de Reserva e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 22 do corrente, do ex-Servidor desta Assembléia Legislativa, ANTÔNIO LEANDRO.

O seu passamento vem de consternar esta Casa, pois que durante mais de 35 anos, o extinto desempenhou várias funções administrativas, granjeando a admiração e a estima de todo o corpo funcional deste Poder. Aposentado a pouco mais de 2 meses, dedicou, exclusivamente, a sua vida ao serviço público dentro da Assembléia Legislativa. Uma vida funcional e familiar exemplar foi o que nos legou Antônio Leandro, que deixa uma lacuna irreparável, razão pela qual solicitamos a manifestação desta Casa e de cujo pronunciamento, seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de congratulação à E.O.E.I.G., pelo transcurso do Dia do Aviador. Corporificando a homenagem do Poder Legislativo à nossa brava aviação militar, aos bravos integrantes da F.A.B. à cuja bravura a nação deve a conquista dos ares e a abertura de novas rotas que permitiram a integração da pátria em todos os seus quadrantes e servem de inspiração às gerações atuais e futuras.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício endereçado ao Sr. Jayme Prosdócimo, titular da Pasta das Finanças, no sentido de amenisar as multas, porventura impostas aos comerciantes da cidade de Apucarana — durante os dias em que lá permaneceram os funcionários da denominada "Fiscalização Integrada".

Na justificativa do nosso requerimento, encontrará o Sr. Secretário das Finanças, os motivos que nos levam a fazer o presente apelo, cujo fundamento maior é a brusca queda do ICM nesta época do ano, não só naquela cidade, mas em todas as comunas do "hinterland" paranaense.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Os comerciantes de Apucarana estão vivendo momentos de intranquilidade, face à presença, naquela cidade, de um grupo de fiscais da Secretaria de Finanças, que integram a chamada "Fiscalização Integrada". — É que, nesta época do ano verifica-se, periodicamente, sensível diminuição na comercialização dos produtos, o que acarreta, evidentemente, uma brusca queda na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias. Ora, sabe-se que a ida dos fiscais àquela cidade, objetiva, segundo afirmam os comerciantes, "desvendar" o porquê da vertiginosa queda da receita do ICM, deixando a perceber que suspeitam de uma possível sonegação. Tais suspeitas não são procedentes e carecem de uma sustentação sólida, pois o que se verifica, na realidade é a quase paralização da venda dos produtos e uma sensível estagnação na vida comercial da cidade, ocasionando o fato singular: menos venda, menor arrecadação do ICM.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de diligenciar providências para a imediata construção do Centro de Saúde de Ivaiporã, apelo que já foi feito anteriormente — e que, até o presente momento está pendente de solução.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Já não é a primeira vez que voltamos nossa atenção para o urgente problema objeto do presente requerimento. O fato é que a população de Ivaiporã muito se ressentiu pela falta de um Centro de Saúde naquela localidade, tendo que empreender periódicas viagens em busca de atendimento médico, deslocando-se, ora para Apucarana, vezes outra para Londrina ou para esta Capital, o que, além de dispendioso, importa numa série de transtornos, dificultando mais ainda a vida da gente laboriosa que ali vive.

Por tudo isso, queremos crer que o Doutor Arnaldo Busato, titular dessa importante Secretaria venha agora a dar pronto atendimento ao nosso apelo, consubstanciando antiga reivindicação dos moradores de Ivaiporã.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 146/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã", com sede e foro na cidade de Ivaiporã.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil, de caráter, exclusivamente, filantrópico e beneficente, que vem contribuindo de maneira incontestável para as obras de caridade e de auxílio aos menos favorecidos na comunidade de Ivaiporã.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais para o seu reconhecimento público.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI NÚMERO 147/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas:

“Principiando por um marco de madeira de lei, que foi cravado na margem esquerda do Rio Ivay, na divisória da gleba número 6, imóvel Ivay, com a colonização Rio Bom, deste, descendo-se Rio Ivay, pela margem esquerda até encontrar a foz do Rio das Antas, daí subindo o Rio das Antas pela margem direita, e confrontando-se com o Município de Maria Helena, até encontrar a foz do Ribeirão Bandeira, subindo-se o Ribeirão Bandeira até encontrar a foz do Ribeirão São Domingos. Subindo-se o Ribeirão São Domingos e confrontando-se com a gleba número 4, imóvel Yvay-parte, com o Município de Maria Helena, até a divisória da gleba número 4, imóvel Ivay com a gleba número 11 — Nonohai, núcleo Cruzeiro. Daí segue, confrontando-se com uma linha reta e seca com a gleba número 11, Nonohai, núcleo Cruzeiro e a Colonização Rio Bom, com o Município de Nova Olímpia. Daí deflete à esquerda pela divisória da gleba número 4 — imóvel Ivay por uma linha reta e seca com a colonização Rio Bom até encontrar a divisória da gleba número 6, Imóvel Ivay, daí deflete finalmente, confrontando-se com a Colonização Rio Bom, até encontrar o ponto de partida.”

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tapira, localizado na região oeste do nosso Estado, é um dos municípios que vem apresentando expressivo desenvolvimento tanto no setor econômico, como agrícola e social.

Em razão desse desenvolvimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também modificações, a fim de que possa o município atender com melhores condições as crescentes necessidades que tal progresso vem ocasionando.

Neste sentido, os poderes municipais de Tapira, criaram, através da Lei Municipal número 35/77 de 10/10/77, o Distrito de Santa Felicidade, e que agora por intermédio do presente projeto de lei, estamos submetendo à consideração desta Casa, para que através dele, haja o reconhecimento legal, no âmbito da Administração Estadual.

Anexo ao presente, estamos juntando cópia da Lei acima citada e o mapa descrito do futuro Distrito de Santa Felicidade.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI NÚMERO 148/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paraíso do Norte, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Paraíso do Norte, é uma entidade que vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Paraíso do Norte, valendo o reconhecimento público municipal, através da Lei número 48/74, de 19/03/74.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, para o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei, que esperamos, receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em Paranavaí li a notícia, no “O Estado do Paraná”, sobre a “estória dos tubos da SUCEPAR”.

Este é o título.

Na realidade, trata-se de um dos maiores escândalos, desde que devidamente provado, da administração paranaense, envolvendo não somente o Governo do Estado, mas também a União e o Município.

Aqui está a notícia de “O Estado do Paraná”:

“Os advogados Arnaldo Ferreira e Sinézio Machado explicaram no dia 21 de setembro, ao Juiz da Primeira Vara da Fazenda, porque estavam representando contra o Secretário do Interior. Explicavam eles, na oportunidade, que as empresas Tubonorte e Indústria Nacional de Artefatos de Cimento — INAC — têm participado de várias licitações realizadas pela SUCEPAR, tanto assim, que sempre foram habilitadas nos certames que concorreram, muito embora não tenham sido vencedoras, pelos fatos que adiante serão demonstrados.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma notícia grande, e eu prefiro resumir-la sem ler o jornal.

Em Paranavaí temos uma empresa, a CONSTUBOS, cuja finalidade é confeccionar tubos para serem utilizados no combate à erosão.

Na cidade de Campo Mourão e de Ivaiporã, existem também outras duas firmas e, segundo informações dignas de todo o crédito, essas firmas têm concorrido, e jamais ganharam as concorrências públicas, mesmo porque, os preços oferecidos pela CONSTUBOS, são inferiores aos oferecidos pelas demais firmas sediadas em Campo Mourão e Ivaiporã, numa proporção que varia de 30 a 50 por cento.

Em razão disto, as firmas de Campo Mourão e de Ivaiporã, tomaram as providências porque não acreditavam, houvesse lucro, da CONSTUBOS, na venda dos tubos, para a SUCEPAR, no sentido de promover um exame desses tubos. E o fizeram, através de uma firma sediada em São Paulo.

Pois bem: surpresa para muitos, mas não, para as firmas que concorreram com a CONSTUBOS, porque, em verdade, os tubos não apresentavam aqueles quesitos técnicos mínimos, exigidos pela lei, sequer estrutura, tinham. Em consequência disto, duas concorrências públicas já foram anuladas pelo Secretário do Interior.

Estamos diante de um escândalo muito grande, porque cerca de 15 milhões de cruzeiros, ou seja, 15 bilhões de cruzeiros em termos de cruzeiros velhos, foram pagos a esta firma, e os tubos, em grande parte, se encontram já colocados em diversas cidades do Noroeste do Paraná.

Então, se o objetivo é combater a erosão, estamos aí diante de um fato que vai provocar maior erosão ainda, e com

grandes prejuízos, porque, além de se pagar um tubo que não obedece aos requisitos técnicos exigidos pela lei, teremos no futuro, quem sabe, quebrando o tubo, o desmoronamento inclusive do asfalto.

Escândalo dos maiores!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não concordo com a nota que foi publicada pelo "O Estado do Paraná", no dia seguinte. E não concordo, pelo seguinte:

"**CALAR É CONSENTIR**", uma crítica feita pelo "O Estado do Paraná", que tem toda liberdade, e eu sou defensor da imprensa até mesmo mais livre do que ela é no momento.

Está aqui a crítica:

"Se amanhã a Assembléia Legislativa levar outra "puada", não poderá se queixar de nada. Ela, como Poder, tem se omitido, não faz nada para ser respeitada pelo Executivo. É uma casa do "amém silencioso". Até um órgão a ela subalterno, não "dá bola" para o Poder, fazendo "gatos e sapatos", dos Srs. Deputados. Sem olhar muito para trás, três ou quatro casos de notório abuso de poder, coisas recentes, que a Assembléia engoliu."

Então está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o caso da PROBEN.

O caso da PROBEN foi devidamente apreciado pelo Deputado Nilso Sguarezi, desta tribuna.

O segundo caso a que se refere o jornal, dizendo:

"O Tribunal julgou um outro contrato".

Este contrato, diz respeito ao recurso entre o contrato firmado pela Secretaria do Interior e o arquiteto José Vicente Alves do Socorro, diga-se, a bem da verdade, que este contrato se encontra na Assembléia, foi recebido dia 19 deste mês e Sua Excelência, o Sr. Presidente exarou o seguinte despacho:

"Encaminhe-se à CCJ., em data de 20 de outubro de 1977."

O terceiro item é o que diz:

"O Governador, passando por cima da Assembléia, concedeu um aumento secreto ao Secretariado."

Os nossos parabéns ao "O Estado do Paraná", porque tem um poder de investigação muito grande, que nós não temos. Afinal de contas, trata-se de uma empresa poderosa. Pode investigar. Nós Deputados, estamos aqui a receber as informações, e agradecemos as informações de "O Estado do Paraná". Realmente este assunto será discutido inclusive por Deputados do nosso Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, que critica, que condena o aumento secreto de Sua Excelência, o Sr. Governador.

Vejamos o quarto item:

"Explode o escândalo das licitações."

Este, diz respeito mais de perto à minha cidade, a cidade de Paranavaí.

Sr. Presidente., num pronunciamento de Pequeno Expediente, quando disponho, apenas, de 5 minutos, quero dizer a Vs. Exas., Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu estou coligindo provas para requerer, depois de levado o assunto ao conhecimento do Partido, em reunião da bancada do MDB, uma CPI, a fim de que fique, devidamente, esclarecido, prestando assim serviço público à comunidade de Paranavaí à sociedade de um modo geral.

(O Sr. Deputado Gabriel Manoel faz comentário, inaudível, a respeito do tempo que o orador ocupa a tribuna).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fazem 6 minutos que S. Exa. ocupa a tribuna e...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu já vi que não tenho o privilégio, nem sequer, de ser advertido por V. Exa., a não ser que seja bondade, para dizer que meu tempo está terminado.

Mas, eu fui advertido por S. Exa., o ilustre Deputado Gabriel Manoel.

Serei breve. Estou até falando com pressa.

O objetivo é este: — CPI na Assembléia Legislativa que também tem o direito de investigar, porque é seu dever, principalmente, o dever da Oposição, enquanto lhe for permitido fazer oposição e, nós faremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Falarei no Grande, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apesar de nada termos com a região do Noroeste, apenas escutamos, atentamente, as críticas do ilustre Deputado representante de Paranavaí, Deputado Waldenício Barbalho.

Vimos que S. Exa., em sua, vaticinando em sua exposição, diz que os tubos aplicados irão ruir.

Não podemos, Sr. Presidente; não podemos, Srs. Deputados, a título de uma oposição sistemática que não leva a nada, uma oposição que destrói, que tumultua, que não leva a nada, o que levaria, Sr. Presidente, o que levaria, Srs. Deputados, se houvesse, de fato, interesse da Oposição em ver o Noroeste sanado da erosão.

Como podemos fazer um pré-julgamento, dos tubos onde as estradas passam por cima e, até agora, não ruíram.

Como podemos vaticinar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esses mesmos tubos estão servindo a uma população e até agora, com seu concreto armado, de ferro, de arame, de areia ou de cascalho, estão servindo e muito bem servindo àquele povo.

Então, é por isso que não podemos concordar porque fazemos parte de uma bancada digna, como é a bancada da ARENA. E não vamos florescer mais, Sr. Presidente, críticas sem fundamento; não vamos tolerar, Sr. Presidente, porque estamos na era da "casca de ovo", Sr. Presidente. A casca de ovo, Sr. Presidente, quando o ovo da nossa região, Sr. Presidente, é o ovo da cinta negra, Sr. Presidente, que carrega, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o asfalto; o asfalto é o ovo que deixa muito a desejar para a oposição.

Sr. Presidente, é o asfalto que, segundo cálculos do ilustre Prefeito de Jacarezinho, passa pelo asfalto do nosso Norte Pioneiro, a nossa casca de ovo, a galinha dos ovos de ouro, a galinha de ovos de ouro, Sr. Presidente, para o povo sofrido da nossa região; para o povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do meu Paraná, que não se conforma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do meu Paraná, que não se conforma, Sr. Presidente, a não ser fazer uma oposição sistemática, a não ser a trazer, com seus ilustrados conhecimentos, a trazer a esta tribuna, tudo que não leva a nada, Sr. Presidente.

Nós não podemos, na humildade de Deputado de interior, suportar balelas e críticas ao nosso grande Governador, porque a nossa casca de ovo, quisera Deus, estivesse há 20 anos atrás, Quisera Deus, Sr. Presidente, estivesse desde o tempo do Governo João Goulart, porque hoje, o Norte Pioneiro, o Norte Novíssimo, estaria, Sr. Presidente, levando o Paraná para o concerto desta Nação, um Estado de primeira grandeza. E eu quero dizer a V. Exa., Sr. Presidente, e aos Deputados e a esta Oposição sistemática que critica o maior dos governadores que o Paraná possuiu, a "casca de ovo", a ser inaugurada de Joaquim Távora a Carlópolis e Passo dos Leite; de Jacarezinho a Ribeirão Claro; de Cambará a Jacarezinho, está sendo aberta a "casca de ovo" para o escoamento de nossas safras, de Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal.

Está também, Sr. Presidente, de Bandeirantes a Itambacá. Início também, na "casca de ovo" desta grande casca de

ovo, de Congoinhas a Ibaiti e tantas outras "cascas de ovo", Sr. Presidente, que comportam jamantas, jamantas pesadas, que não fazem inveja a uma grande estrada de ferro; é esta "casca de ovo" que a Oposição nos deu o que falar, que critica são esses os boatos da "casca de ovo".

Quisera Deus, Srs. Deputados, que tivéssemos no nosso Paraná, este glorioso Paraná, esta "casca de ovo" há dez anos atrás, porque este asfalto, a estrutura deste asfalto brasileiro, voltado ao sistema francês, moldado, no mesmo sistema, Sr. Presidente, sob a orientação deste grande Secretário da equipe de Jayme Canet, que é Osires Guimarães, que sabe o que está fazendo; um homem que não se corrompe, um homem honesto que trabalha, e quer honrar este grande Governo, esta "casca de ovo" há de ficar para a posteridade, e, havemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados da Oposição, de nos orgulharmos de termos no Paraná uma "casca de ovo".

Esta casca de ovo da Oposição, há de ser a redenção

Eu quero cotejar com os Srs. Deputados, que digam se em outros Estados existem tantas "cascas de ovo" espalhadas que tem tanta "casca de ovo", onde se vê grandes caminhões escoando para o grande Porto de Paranaguá, aplicando o dinheiro do povo em benefício do nosso povo.

do Paraná, o orgulho dos nossos filhos, o orgulho dos filhos dos arenistas, e dos bons emedebistas que não contestam a verdade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, a Presidência registra com satisfação a presença no plenário, do Sr. Ari Kfuri, digníssimo Deputado Federal da bancada da ARENA.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de receber uma incumbência de moradores da Planta Sta. Helena no Jardim Pinheiros, desta Capital, subscrito por 339 solicitantes, cujo abaixo-assinado é encaminhado por meu intermédio ao Exmo. Sr. Dr. Renato Antônio Johnson, DD. Diretor Presidente da TELEPAR, vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Nós abaixo-assinados, moradores, residentes no bairro Jardim Pinheiro, Planta Sta. Helena, Distrito de Sta. Felicidade, nesta Capital, dirigimo-nos a V. Exa. a fim de expor e finalmente solicitar o seguinte:

Considerando que existem mais de 500 casas em nosso bairro, o qual dista mais de 4 km. de Santa Felicidade;

Considerando mais que nos casos de recursos para doenças, incêndios, segurança pública etc., temos sofrido estas dificuldades;

Considerando ainda que há viabilidade técnica pois um cabo extenso da TELEPAR, vem de Santa Felicidade e vai até o loteamento da C.R. Almeida e passa a poucos quilômetros aqui do nosso bairro, solicitamos do dinâmico Presidente, providenciar a instalação de um telefone público, que vai servir uma coletividade de mais de duas mil pessoas.

O local será na Rua 17, esquina com a Rua 14. Dando encaminhamento à solicitação que me fora formulada, passo a anexar requerimento que solicita de V. Exa., Sr. Presidente, seja levado à apreciação do plenário; que pede providências ao Sr. Diretor da Telepar: (Lê)

"Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista abaixo assinado subscrito por 339 solicitantes, residentes e domiciliados na mencionada localidade.

Requer.— Envio de apelo ao Exmo. Sr. DR. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, no sentido de que se faça instalar, no local, telefone público pretendido.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.977."

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém desconhece que no Brasil inteiro tem havido manifestação dos estudantes que culminaram em São Paulo com atritos violentos entre a polícia e os estudantes.

Aqui no Paraná, o estudante paranaense se tem acatado a legislação de exceção que existe para disciplinar o estudante e, aqui no Paraná, o estudante não tem saído às ruas, não tem protestado e quando se manifesta, o faz especificamente dentro do que prescreve a atual Legislação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui no Paraná não é o estudante que provoca a polícia.

Parece-me que acontece o contrário.

A polícia, ou alguns maus policiais, que vêm provocando o estudante.

Para fins talvez inconfessáveis. Eu tenho em mãos, Sr. Presidente, alguns documentos que evidenciam isto: uma carta do Centro Acadêmico Hugo Simas, datada de 11 de outubro e endereçada a Odilon Túlio Vargas, Secretário de Estado dos Negócios e da Justiça do Paraná, que eu quero transcrever nos Anais desta Casa.

Diz a carta:

"Senhor:

Há exatamente sessenta dias, o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito do Paraná, denunciava à população brasileira, o grave fato da impossibilidade da realização de um ciclo de conferências sobre Direito Civil, impedidos que fomos pelos órgãos da Segurança, de comemorar o Sesquicentenário da fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, e o Quadragésimo Sexto aniversário do Centro Acadêmico Hugo Simas, do qual V. Exa. em tempos idos, foi integrante.

A medida não se restringiu tão somente à não concessão das dependências da Faculdade de Direito Federal, como também outros auditórios da cidade, cujas direções alertadas de que poderiam sofrer represálias, não nos cederam.

Com grande pompa os jornais de hoje, principalmente a "Gazeta do Povo", tece airoso comentário sobre o Concurso Nacional de Letras Jurídicas, lançado ontem e sobre o patrocínio do Governo do Estado, Secretaria de Justiça e o jornal "Gazeta do Povo", que conta como membros da comissão julgadora entre outros eminentes homens do Direito pátrio, os nomes do civilista Washington de Barros Monteiro, do Professor Altino Portugal Soares Pereira.

Ora Excelência, juntamente esses juristas e mais, Sílvio Rodrigues, José de Aguiar Dias, Francisco José Ferreira Muniz e Orlando Gomes, seriam conferencistas, por ocasião das comemorações do dia 11 de agosto em nossa faculdade. Nossa queixa é a de que, enquanto não permitem uma promoção cultural, levada a efeito por estudantes, reconhecidamente da mais alta importância para os acadêmicos de direito, obstruindo o acesso desses acadêmicos a tão ilustres mestres do mundo jurídico, o Governo do Paraná, através dessa Secretaria de Justiça, utiliza-se dos mesmos nomes para uma promoção que pela restrita participação e impossibilidade de divulgação dos trabalhos participantes, mais se traduz numa campanha publicitária.

Apresentamos a V. Exa. ou através de V. Exa. nosso veemente protesto, não pela realização do concurso de letras jurídicas ao qual almejamos todo o sucesso. Mas pela maneira elitista: com que são tratadas as coisas do direito em nosso Estado. Porque afinal, a quem se destina a cultura nesta terra?

Sem outro particular apresentamos nossas saudações respeitadas. (Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas e Diretor Cultural do Centro Acadêmico Hugo Simas).

Sr. Presidente, quanto ainda à realização do Simpósio Nacional do Soja que reuniu na Reitoria da Universidade, centenas de brasileiros, oriundos de outros Estados, tiveram eles a oportunidade de assistir uma classe estudantil em veemente protesto, contra uma arbitrariedade que ocorreu aqui no Paraná. O Presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pomobo, sofreu um seqüestro e foi consequentemente vítima de uma tortura física e também mental.

Atribui o estudante e disse reconhecer a voz de alguns policiais do DOPS que o interrogaram, que o mantiveram por mais de 24 horas confinado, seqüestrado e o largaram nas proximidades da cidade de Paranaguá.

A voz oficial da polícia se pronunciou dizendo que não houve prisão alguma de estudantes. Evidente que prisão lícita não ocorreu.

Mas, Sr. Presidente, aqui um ponto a que quero me referir. Em absoluto não quero ser interpretado, que ao ler a Carta do Centro Acadêmico Hugo Simas esteja contra o concurso Nacional de Letras Jurídicas. Pelo contrário. Acho que é uma boa iniciativa do Secretário Túlio Vargas.

Mas, o estudante foi cerceado pelos órgãos de Segurança de realizar um ciclo de conferências com estes mesmos juristas que participam do concurso Nacional das Letras Jurídicas, promovido pelo Governo do Estado.

Se um estudante vem a público dizer que foi seqüestrado, pergunto eu, Sr. Presidente, onde está a Secretaria de Segurança Pública deste Estado, que não diligência para apurar esta denúncia grave? Porque uma denúncia em que as autoridades estão envolvidas de cometer uma infração contra a lei, esta mesma autoridade policial deve apurar tal denúncia.

O estudante deveria ser ouvido pela polícia do Paraná. O estudante deveria, e acredito muito mais, ser confrontado por todos os agentes da DOPS, numa acareação. Porque a DOPS poderia desmascarar este estudante, se ao confrontar-se com ele não reconhecesse a voz dos seus algozes que ele diz terem seqüestrado. Mas quando o estudante levanta a voz, numa denúncia grave como esta, parece que nada acontece. Os órgãos de Segurança se omitem e não aparecem os responsáveis. Como não apareceu o responsável quando os estudantes em Londrina foram impedidos de ouvirem a voz de Dalmir Dalare, e até de um ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Aliomar Baleeiro.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto. Acredito, não que os responsáveis pela Segurança Pública do Paraná, mas alguns maus policiais, que envergonham a nossa corporação, estão dando este exemplo que não pode ser acobertado pelas responsabilidades.

E, peço, e protesto, perante o Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado, que promova a averiguação da denúncia deste estudante. Que promova, porque afinal de contas o estudante tem o mesmo direito tanto quanto qualquer cidadão nacional. Se foi cometido o seqüestro, a autoridade constituída deve apurar responsabilidades.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, o Deputado Nilso Sguarezi, bastante inflamado na tribuna, traz de público uma acusação que toda a população, inclusive ele, sabe que é infundada.

Sr. Presidente, quais são as provas que este estudante tem de que foi raptado pela polícia?

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos).

O SR. JURANDIR MESSIAS — ... Não existe prova contra a Secretaria de Segurança. ...

(Soam os tímpanos).

O SR. JURANDIR MESSIAS — ... o nobre Deputado Nilso Sguarezi precisa ser mais bem informado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência lamenta. Todavia, há dois procedimentos anti-regimentais:

o primeiro, do eminente Deputado que está na tribuna que não ouviu soar a campanha de aviso do término do seu tempo; o segundo, do eminente Sr. Deputado Jurandir Messias, que faz um discurso paralelo, muito embora esteja inscrito para falar, após o Deputado Nilso Sguarezi.

A Presidência comunica ao Deputado Nilso Sguarezi que está terminado o tempo regimental concedido a S. Exa., o que já advertiu com o soar da campanha.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, conceda-me apenas mais um minuto, para concluir.

Sr. Presidente, não é verídica a afirmação do eminente Deputado Jurandir Messias, ataquei apenas àqueles policiais que não foram identificados. Não ataquei o Sr. Secretário de Segurança, S. Exa., para resguardo seu, não deve apanigar esses maus policiais e tomar as providências para averiguar isso.

Esse, Sr. Presidente, o motivo de nosso protesto, então: que a Polícia averigue, para que esses maus policiais sejam apontados, identificados e punidos.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. João Gonçalves, DD. Prefeito de Pitanga.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem sido uma constante dos Srs. Prefeitos eleitos em pleito de 1976, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro, mais especificamente aqueles dos grandes municípios do Paraná, que têm comparecido aos jornais e programas de televisão, darem declarações injuriosas contra a administração do Estado do Paraná e mais especificamente, contra o Governador Jayme Canet Júnior.

Sr. Presidente, citaremos o caso do Prefeito de Ponta Grossa, o Sr. Zuk, que vem há semanas, procurando deturpar os serviços da SANEPAR, que já estão 80 por cento concluídos.

Mas, para nossa surpresa, o Prefeito que se aproveita, quando vem a esta Capital — isso falo com conhecimento de causa — para fazer pedidos a este mesmo Governo que, através de entrevistas, vem procurando combater.

Entendemos, Sr. Presidente, que o Prefeito Zuk para dar um respaldo à sua má administração naquela cidade, para encobrir, em parte, aquilo que ele prometeu aos seus municípios, em suas promessas eleitoreiras, e que não tem podido cumprir, vem, com suas declarações, deturpar os fatos.

Porque, Sr. Presidente, o serviço de água e saneamento de Ponta Grossa — dizia S. Exa., numa entrevista a diversos jornais de Ponta Grossa e Curitiba — continha inseticida.

Eu aqui desminto aquele Prefeito, porque não se concebe, Sr. Presidente, que uma empresa tão bem dirigida como a SANEPAR, não seja responsável com a sua gente, que vai usar daqueles serviços. E é por isso que, quando o Prefeito não pode cumprir pelo menos parte daquilo que prometeu à sua gente, procura se respaldar junto à administração do Estado do Paraná. E nós não podemos admitir, Sr. Presidente, que este estado de coisas continue, porque entendemos, pelos municípios que representamos, que são diversos, que jamais a SANEPAR deu um atendimento tão pronto quanto vem dando às suas comunas. O serviço de água principalmente, hoje está sendo implantado em 90 por cento dos municípios do Estado do Paraná. E quando vemos, Sr. Presidente, tamanha demagogia de um Prefeito da cidade cívica do Estado do Paraná, cidade onde tenho inúmeros parentes, cidade em que morei por muitos e muitos anos, de onde hoje recebi telefonicamente, informações, não só de meus parentes mas também de amigos, de que são mentirosas as informações daquele Prefeito, e mais ainda, Sr. Presidente, recebi também informações que o Prefeito Estanislau Zuk pretende, através de uma mensagem que enviou à Câmara Municipal de Ponta Grossa, rescindir o contra-

to com a SANEPAR, eu pergunto: que condições tem Sua Excelência, para resolver os problemas de água e saneamento, de Ponta Grossa, com recursos próprios?

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Estou com a palavra, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado.

O Sr. Enéas Faria — Então V. Exa. me perdore. V. Exa. está já na tribuna há 8 minutos, pensei que se tratasse do Grande Expediente.

Perdoo-me, Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Solicito à Mesa, que desconte do meu tempo, a interrupção do Sr. Deputado Enéas Faria.

Sr. Presidente, temos conhecimento e podemos afirmar publicamente e por escrito até, se for preciso, que, existem naquela Prefeitura, funcionários ganhando até 25 mil cruzeiros por mês. Mas isto, o Sr. Prefeito Stanislawzuk não vem à imprensa, declarar. Está onerando aquela Prefeitura que, eu tenho certeza, não tem dinheiro e não o terá, a não ser, para efetuar o pagamento dos seus funcionários, e vem ele falar, combater o nosso Governo, este Governo que vem realizando grandes obras, principalmente com referência aos serviços de água e saneamento em todas as cidades, desde a menor à maior deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar o orador que se encontra na tribuna, de que o tempo que lhe fora concedido, há muito se esgotou. Pediria a Presidência, ao Sr. Deputado Jurandir Messias, que concluísse o seu pronunciamento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Concluirei, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pensamos que aquele Prefeito fosse realmente um administrador, mas agora, não precisamos entender, é um verdadeiro demagogo, e mentiroso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna, talvez merecesse um pronunciamento no Grande Expediente; contudo, nós tentaremos, apenas, como primeiro pronunciamento de uma série que pretendemos fazer a respeito e a despeito das obras do Governo do Estado, na região que represento, nesta Casa, e das notícias mancheteadas nos jornais, também, relacionadas a essas obras.

Visitamos, nesse último fim de semana, o Município de Umurama, Pérola, Alto Piquiri, Santa Fé, Munhoz de Melo, Iguaçu, Astorga, Sabáudia, e são uma constante as solicitações dos Srs. Prefeitos Municipais, para que o Parlamentar que representa a região, pelo Partido do Governo, faça da fórmula mais evidente e, sobretudo, e também imposição deles, da forma mais enérgica a divulgação do que o Governo tem feito e a forma pela qual o Governo tem feito a realização de obras daqueles municípios.

Tive oportunidade de conversar com uma firma empreiteira que inicia o trecho que liga 18 km, apenas nesse trecho que, discutíamos, tecnicamente, a estrada de Alto Piquiri até a estrada que liga Umurama - Iporã, quando, com os jornais nas mãos, liamos a divulgação de um Parlamentar, deste Poder, a respeito da casca de ovo; e argumentamos, não politicamente, mas, tecnicamente, de engenheiro para engenheiro, e aqueles colegas meus, até de Faculdade, colegas até de turma, dizem que não entendem como alguém pode fazer referências da forma como têm sido feitas aqui, nesta Assembléia, a este Governo e, sobretudo, com relação à política de administração de obras asfálticas que está sendo implantado no Estado do Paraná, que varia desde obras de baixo e de médio, até de alto custo, evidentemente, aplicando um princípio que não é

nosso, nem é brasileiro e nem é coisa nova; é nova, sim, aqui no Paraná. O asfalto de baixo custo que, evidentemente, para ser de baixo custo não seria possível fazer pesquisa de subsolo; a implantação, apenas, de um serviço de compactação, sem sub base, evidentemente, se não fazemos a sub base, para efeito de economia, não podemos fazer previsões, de incidentes geológicos que implicam em surpresas posteriores, nas obras asfálticas, que ocorre, muitas vezes, até mesmo em obras de alto custo.

Assim é que em alguns trechos, esses incidentes começaram a aparecer mas, eu solicitei a esses engenheiros, a guisa de informação de um trabalho que, também, estou fazendo pesquisas, para que nós possamos dialogar, aqui, em termos altos, neste Poder, também mais por informação e não por contestação dos Parlamentares Emedebistas, eu diria, tão somente, que esses trechos de obras de baixo custo, que variam, muitas vezes, de 20 a 30 por cento sobre o custo normal de uma obra de pavimento asfáltico de alto custo, durante 3 a 5 anos, palavra dos engenheiros, ela passa a ser mais de baixo custo mesmo, do que a conservação própria da estrada, porque esta primeira aplicação desta compactação e desse isolamento apenas, de umidade, servirá, no futuro, quando evidentemente, a modificação do próprio escoamento do regime de escoamento da região onde está sendo aplicada, exigir cargas maiores e exigir um tráfego maior, esta primeira cada de aplicação de isolante de compactação, será parte do tratamento do asfalto que seria tido como um asfalto definitivo. E que o mesmo, nós chamamos de asfalto de baixo custo, mas poderíamos deixar de chamar de asfalto porque o custo deste asfalto é tão pequeno, nós poderíamos batizar de qualquer outra coisa até mesmo de "casca de ovo", mas não com a maldade com que está sendo batizado. Porque na realidade, as regiões têm agradecido, porque entre a lama nos dias de chuva, entre a poeira dos dias de sol, a "casca de ovo" tem sido como disse o nobre Deputado Gabriel Manoel, a "casca de ovo" de ouro, para o nosso Estado. Mas,...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tão somente adverte V. Exa., de que o tempo que V. Exa. tinha no Pequeno Expediente, já se esgotou.

Concedo-lhe tempo para concluir.

O Sr. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Realmente, é um assunto que necessitaria de um tempo maior. Mas, particularmente, o Prefeito de Sabáudia, pediu-me e escreveu um pequeno relatório, do que este governo, neste período inicial de administração, já levou, e eu faço, nos termos e na forma com que ele solicitou apenas um relatório agora, aproveitando alguns segundos.

SUCEPAR - 1 milhão de cruzeiros. Uma verba de emergência.

SANEPAR — mais um poço artesiano, resolvendo definitivamente com mais 40 mil litros-horários, o problema de abastecimento da cidade de Sabáudia.

PRÓ-SAFRA — 11 mil litros e mais dez que irão de óleo, para 15 quilômetros que receberá, ou que recebeu 250 sacos de cimento e vai receber mais 250, num total de 500.

Reforma de todos os prédios públicos do Estado através da execução administrativa do próprio Prefeito, cujo dinheiro é repassado do Estado para o município e executado evidentemente, com mais barateamento através da Prefeitura.

A instalação do DDD através do posto de serviço; a cancha de esportes que não foi construída pelo Prefeito anterior e, que este Prefeito entendendo que da sua sobrecarga de administração, deixou para a própria SANEPAR e ela já entregou a obra executada, gratuitamente, um presente do Estado para o município.

Além da doação de um carro Veraneio-74, para o município que não tinha condições de adquirir uma viatura para transportes de professores de alunos, recebem também.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos, dialogando, com nossos companheiros parlamentares da Oposição, oferecer melhores dados para divulgação da imprensa do Paraná, por entendermos injusta a forma com que não só, a forma, mas, sobretudo, o destaque como tem sido feito, a divulgação dos ataques às obras do Governo Jayme Canet.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Oclécio Torrigia, DD. Presidente da Câmara Municipal do Município de Altônia, que se faz acompanhar de sua Exma. esposa.

Também presente na tribuna de honra, o Sr. Albertino Dias Branco, Presidente da Associação Comunitária de Moradores e Amigos de São Jorge, Distrito do Município de Altônia.

Concedo a palavra nos cinco minutos restantes do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de fazer também um registro sobre as inaugurações que o Governo do Estado do Paraná procedeu neste final de semana.

Para alegria nossa e para honra nossa, fomos testemunhas e participamos da inauguração de alguns trechos de asfalto da região que humildemente aqui representamos, a Região da Concan — micro região de Campo Mourão.

Soubemos de que na sexta-feira próxima passada, o Governador inaugurou trechos de estrada que compreendia o Município de Pérola-Cafezal. Seguindo à tarde para Guarapuava, Pinhão, Foz da Areia, trechos de estrada que nós não acompanhamos as inaugurações. Porém no sábado, estivemos presentes numa verdadeira maratona de inaugurações, iniciando no Município de Engenheiro Beltrão, seguindo a Terra Boa, Cianorte, Indianópolis, e até Rondon, inaugurando um asfalto passando por todos estes municípios.

No dia seguinte, no domingo, a caravana do Governo iniciou a inauguração do asfalto em Quarto Centenário, seguindo para Goioerê, Moreira Sales, Mariluz, Cruzeiro do Oeste, com acesso a Moreira Sales, de 6 km e acesso a Mariluz com 8 km.

E o que pudemos constatar Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a grande satisfação do povo daquela região em receber o asfaltamento. O asfaltamento tão criticado e tão comentado e até cognominado de "casca de ovo". Mas, na verdade, o povo que recebe o asfalto fica feliz e agradecido ao Governo.

E nós queremos também registrar Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que não vimos nem ouvimos, em época nenhuma, o Governo afirmar que estava construindo asfalto de primeira qualidade. O que nós sempre ouvimos foi que o Governo estava asfaltando estradas vicinais com asfalto de baixo custo e, conseqüentemente, não poderia mesmo se equiparar ao asfalto de primeira qualidade. Mas mesmo sendo um asfalto de baixo custo, tem atendido a várias regiões do nosso Estado e deixado o nosso povo mais feliz. Porque o que nós constatamos e vimos de faixas de agradecimento, ao Governo, é até invejável, Srs. Deputados. Porque por toda a estrada que se passava, fazendas, comerciantes, todas as pessoas beneficiadas com esta obra tinham uma palavra de agradecimento e de reconhecimento ao extraordinário Governador Jayme Canet Júnior.

O que nós nos orgulhamos, Srs. Deputados, é da disposição de trabalho do Governador, encontrando críticas, oposição, o que é lógico, o que é natural, o que é óbvio, mas ele continua na sua senda de trabalho com entusiasmo, com amor e com muita disposição e, por isto, tem merecido, e é do conhecimento de todos, o respeito e o reconhecimento do Paraná inteiro.

Para concluir, Sr. Presidente, nós queríamos em nome da região de Campo Mourão, registrar também a satisfação e a alegria daquela gente em poder contar hoje com mais algumas centenas de quilômetros asfaltados das suas

estradas, para que tenham melhor acesso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta dizer ao eminente Deputado Maurício Fiuat que o havia inscrito para falar no Pequeno Expediente, e que de conformidade com letras "a" e "b" do artigo 119, da Resolução nº. 967, vai ser forçada a transferir a sua inscrição para a sessão de amanhã.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias me mantenho inscrito para falar no Grande Expediente, a fim de dar provimento, à intimação de V. Exa. feita de público e manifesta neste plenário.

Naturalmente tenho sido cobrado na constância destes dias, pela imprensa do Paraná e V. Exa. deve permanecer no aguardo deste pronunciamento. Em tantos quantos dias das ocorrências, das reuniões plenárias; apenas para que se dê conhecimento a todos, e principalmente à magistral imprensa deste Estado, — venho me mantendo inscrito no Grande Expediente de todas as sessões, e conseqüentemente declinado de falar, de atender à intimação de V. Exa., visto obrigações firmadas e ao respeito maior que é à liderança de minha bancada.

Ocupo apenas parte do horário que me é reservado nesta oportunidade, para dizer que tão logo seja este Deputado liberado pela liderança e pela sua bancada, para atender à intimação de V. Exa., ela será feita na forma da sustentação daquilo que propusemos, em defesa da honra, da dignidade e acima de tudo, do decoro deste parlamento.

Neste quase um mês da decorrência do fato, e graças à imprensa do Paraná, as chispas do acontecimento não conseguiram se acabar. Mas tivemos que nos manter calados, mas tivemos de engolir as palavras, muitas e muitas vezes, para não desrespeitar decisões que julgamos ser decisão maior. E, conversando com a liderança há poucos instantes, verificamos e fomos por ela informados, que a Liderança de nossa bancada já recebeu de V. Exa., Sr. Presidente, as informações indagadas da Comissão Executiva; e que sobre elas haverá de se manifestar ainda esta semana, oportunidade em que este Deputado dará provimento às determinações intimatórias de V. Exa., para conhecimento do Paraná, principalmente para conhecimento da imprensa que lança cobro todos os dias, através de seus órgãos.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, a Assembléia tem vivido todos esses episódios tão recentes, razão pela qual me permito informar sem nenhuma pesquisa às notas taquigráficas.

Primeiro: a Presidência não intimou V. Exa. a coisa nenhuma, porque não tem poder para tanto. Tão somente V. Exa. fez, dessa tribuna, algumas referências à existência de corrupção na Casa. E era dever da Presidência alertar que aguardava que V. Exa. particularizasse os atos de corrupção existentes na Casa para propiciar uma afirmação da verdade e que, se fosse o caso, responsabilizasse os culpados.

Segundo: a Presidência, posteriormente, recebeu e o fez — quero crer — de maneira respeitosa — o pedido de informações dirigido à Mesa pela Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

Com a urgência que o caso requeria, a Presidência — e de resto os membros da Comissão Executiva — apressaram a colher os dados e responder àquele pedido de informações.

Entende a Presidência ser válido, Deputado Lúcio Machado, que a bancada de V. Exa. tenha tomado o problema a nível de bancada. A Presidência tem manifestado esse ponto de vista, desde sempre.

A Presidência não voltou ao assunto porque entende que cabe ao MDB estudar as respostas fornecidas pela Mesa.

Se considerar que falta alguns esclarecimentos, a Mesa está inteiramente a seu dispor para complementar a resposta.

Hoje mesmo, passei às mãos de V. Exa. respostas a outro pedido de informações que V. Exa. encaminhou à Presidência não via tribuna.

E da mesma forma, o Presidente volta a dizer a V. Exa. que, se houve alguma incorreção, estará totalmente à disposição de V. Exa. para complementar as informações pedidas.

Só quero situar, não há repto nenhum da Presidência para com V. Exa., ou para com qualquer outro Sr. Deputado, nem para com a bancada de V. Exa.

Apenas signifiquei uma preocupação, para evitar que este Poder, pudesse continuar sendo motivo de manchetes e comentários de jornais, para que fôssemos mais francos e leais ao perguntar e responder, todas essas questões.

O Presidente entende que já respondeu a todas as indagações, aquelas feitas via tribuna, e aquelas feitas via Mesa, em caráter confidencial.

Quero crer que caberá totalmente aos Srs. Deputados estudar as respostas e dizer se há comportamento que possa ser julgado indevido, ou se o comportamento da Comissão Executiva é correto.

Tão somente isso, nobre Deputado, nada mais do que isso. Qualquer outro comentário que exista, qualquer outra provocação, qualquer outra insistência, esta não partiu e não vai partir de nenhum membro da Mesa, muito menos do Presidente.

Era o aparte que queria lhe oferecer quando V. Exa. está na tribuna e aborda esse assunto que é tão delicado, Sr. Deputado, mas que deve, realmente, merecer de nós todos divulgação para que a opinião pública tome conhecimento do que aqui se faz.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Deputado Ivo Thomazoni, tantas quantas vezes este Deputado aventou fatos e julgou como medidas corretivas, no Poder, ou dentro do Poder, o fez não em contestação a quem quer que seja, e muito menos a V. Exa., cuja personalidade, à frente da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado, tem sido uma das mais corretas, mas V. Exa. terá que conceder, que, da Mesa, intimou a este Deputado para apresentar provas de que corrupção existia, de que existe e existirá, se correções não forem colocadas em certos pontos do organograma administrativo deste Poder.

Posteriormente, o meu Partido, a nível de bancada em reunião oficial, houve por bem encaminhar a V. Exa., novos pedidos, novas indagações; nem por isto, quis misturar ou quis defender a este Deputado, apenas cumpriu o seu dever, a nível de bancada.

Eu, para deixar claro perante a opinião pública do Paraná, para deixar claro a V. Exa., que sou responsável pelas decisões que tomo, para deixar claro acima de tudo, que a minha luta tem um objetivo, a defeza do bom nome do Poder Legislativo porque acredito ser o Poder Legislativo o mais importante na instituição do Governo, na instituição democrática, eu cumprirei fielmente, através de fatos e documentos, sustentarei os fatos de minha denúncia, não no sentido de denegrir este Poder, pelo contrário, no sentido de dar a V. Exa. que tem personalidade e sentimento de justiça, o meio de coibir os abusos que se cometem em nome do Poder, pervertendo e denegrindo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que quase sempre se transforma em manchetes das mais denigrantes até de caráter nacional.

Desta forma, ilustre Deputado Ivo Thomazoni, digníssimo Presidente desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, apenas para que a imprensa amenise as cobranças de todos os dias, deixo bem claro que, tão logo a minha banca analise os fatos indagados a V. Exa., eu trarei a minha denúncia, ou a sustentação dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Adilson Alencar. — (Declina).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbido que fui, e tendo em vista a exigüidade de tempo no Pequeno Expediente, pelo Deputado Maurício Fruet, quero esclarecer que, no decorrer da semana, Sua Excelência trará a este plenário, a documentação relativa ao caso da SANEPAR, em Ponta Grossa. Fica, a priori, a dúvida e a incerteza expostas, desta tribuna, pelo Exmo. Sr. Deputado Jurandir Messias, a quem, pessoalmente, também queremos nos opor pelo fato do clamor que a SANEPAR está criando em Ponta Grossa.

O objetivo de minha vinda a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se prende, unicamente, ao fato dos aumentos ou do aumento, chamado fantasma por S. Exas., pela imprensa, relativa à posição de S. Exa., o Sr. Governador do Estado. Agradecendo à imprensa pela acentuada defeza que tem feito em favor do funcionalismo público e do esclarecimento da opinião pública, quer a Liderança do MDB, por nós neste momento representada, por delegação do eminente Deputado Trajano Bastos, que não foi ao sabor da conveniência que a Oposição deixou de manifestar-se sobre o assunto. É que a partir de terça-feira passada, pró forma do II Simpósio Nacional da Soja, não houve expediente regular nesta Assembléia. Razão pela qual, quer registrar que a Oposição também lamentou não ter à sua disposição, esta tribuna, para se posicionar, relativamente, aos fatos aqui, hoje, abordados pelo eminente Deputado Waldenício Barbalho; o caso de polícia levantado pelo Deputado Nilso Sguarezi e o que ora pretendem fazer, relativamente ao aumento, não de ofício mas, por ofício do Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde que iniciamos o cumprimento do nosso mandato, no ano de 1975, temos solicitado, sem sucesso ao Sr. Governador do Estado, que seja procedida a atualização da gratificação de representação dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

No presente momento, a situação, suscintamente, é a seguinte:

Os funcionários do Poder Executivo, não obtiveram reajustamento da gratificação de representação mas, para alguns deles foi concedida a controvertida verba de gasolina, hoje já esquecida.

Aos funcionários do Poder Legislativo, não foram atribuídas gratificações adicionais de gasolina e, quando falo em gasolina, abro e fecho aspas.

Os funcionários do Poder Judiciário, percebem gratificação de representação, sem reajuste desde 1973, salvo atribuição de verba de gasolina, porém, para menos de uma dezena deles.

Parece-nos que 1973, realmente, tem trazido polêmica, tanto para ajustamentos, como reajustamentos de salários e vencimentos. É o caso que me ocorre, agora, dos metalúrgicos e de grande parte dos operários de São Paulo; em 9 de junho de 1975, quando o Diário Oficial do Estado publicou o Decreto número 619/75, tomando insubsistentes os efeitos do Decreto número 543, de 75, pelo qual o Sr. Governador havia reajustado os valores da gratificação em tela, pensávamos que essa figura nova inserida no Direito Administrativo, era fruto de sua inexperiência, ou falha de seu assessoramento. Aliás, assim me pronunciei, desta tribuna, expendendo as dúvidas que me ocorriam naquela época.

“Hoje, passados dois anos e meio, da publicação do Decreto, que tomou o outro insubsistente, e do silêncio total sobre

o reajustamento das gratificações de representação dos funcionários dos Três Poderes, eis que surge outra inovação: REAJUSTAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO A SECRETÁRIOS DE ESTADO, ATRAVÉS DE OFÍCIO.

E, pasmem, Srs. Deputados, denunciado o inusitado ato, pela imprensa, aquele ofício teria sido revogado por outro ofício apressadamente, ao que se pode perceber da leitura de noticiário da imprensa.

É lamentável a anarquia administrativa, que está ocorrendo no nosso Estado. Se levarmos em conta, que procedem as denúncias quanto aos objetivos desse aumento secreto, enganar o funcionalismo e a magistratura paranaense, o fato torna-se ainda mais grave.

No tocante à magistratura, membro do Ministério Público e Tribunal de Contas, a história apenas, se repete. Lembrem-se, o governo Ney Braga que também usava a mesma política, se viu traído quando o Tribunal de Justiça, com toda sagacidade do seu saudoso Presidente, com base no Artigo 67 da Constituição Estadual de então, que estabelecia que: "Os vencimentos de Desembargadores serão fixados em quantia não inferior a que recebem a qualquer título, os Secretários de Estado", usando da sua independência porque também tinha algumas prerrogativas de um dos Poderes, já havia determinado, por ato administrativo, eu me recordo da Resolução publicada no "Diário da Justiça", de número 164, de 13 de abril de 64, os dias 13 de abril, estão passando para a história; que se implantasse nas folhas de vencimentos dos magistrados, a quantia equivalente ao que mais recebia em cada mês, um Secretário de Estado.

Com o advento da Constituição Federal de 67, essa norma foi abolida e o assunto esquecido. Como tantos outros, se esquecem com tanta facilidade.

Hoje, quando se pode alterar a Carta-Magna, através de "pacotes, pacotinhos e pacotões", surge a Emenda Constitucional, também de 13 de abril, só que esta de 1977, o § 4º, do seu Artigo 144 — tem a seguinte redação, semelhante à Carta Constitucional de 1946.

Diz o seguinte:

"Os vencimentos dos juízes vitalícios, serão fixados com diferença não excedente de 20 por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada, não menos de 2/3 dos vencimentos dos Desembargadores, ASSEGURADOS A ESTES VENCIMENTOS NÃO INFERIORES AOS QUE PERCEBEM OS SECRETÁRIOS DE ESTADO, não podendo ultrapassar porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal."

Aqui surgiu o problema para que o aumento de gratificação de representação fosse procedido por ato legal.

O receio de que os magistrados reivindicassem a diferença de remuneração para aos Secretários de Estado, teria motivado sua implantação não "de ofício", mas POR OFÍCIO.

Parece-nos que os ínclitos magistrados da egrégia Corte de Justiça Estadual, não seriam levados a tomar por base o ato do Sr. Governador, adotarem como norma jurídica, um ofício para estribar um provável reajuste na remuneração de seus componentes.

A exemplo do que ocorria, não, "por ofício" da época de então, pelo Sr. Governador Ney Braga.

Felizmente, os lúdimos Magistrados sabem que um ofício não dá nem tira direitos, o que não ocorreria se a pretensão do Sr. Governador fosse materializada através de Decreto, ainda que este, hipoteticamente, viesse a ser revogado (ou como prefere o Palácio: tornar-se "insubsistente"), pois neste caso, seria logo aplicado o preceito constitucional da irredutibilidade de vencimentos da Magistratura.

Ocorre ainda que, afora essas aberrações que assassina a ordem jurídica, o "pacote" de reformas impostas pelo legislador executivo de abril, encastelados na Granja do Riacho Fundo, reestabeleceu o princípio da fórmula já usada na Carta Consti-

tucional de 1946. E ele vem expresso na modificação do § 4º do artigo 144, da vigente Constituição, introduzida pela emenda das outras seis emendas constitucionais de 1969, pela qual os Desembargadores, que hoje ganham só de fixo a quantia mensal de Cr\$ 25.350,00, segundo a imprensa e um Secretário de Estado Cr\$ 30.672,00, também por notícia de imprensa, teriam direito a uma diferença de mais de Cr\$ 5.322,00 mensais, caso os Ministros do S.T.F. superem esta soma e isto a partir da vigência das reformas de abril (Emenda Constitucional número 7).

Por outro lado, a diferença, a partir de agosto, na forma do OFÍCIO REVOGADO, seria de Cr\$ 9.644,00 mensais, e, a ser paga também aos Magistrados, redundaria numa despesa anual de aproximadamente Cr\$ 150.000.000,00, aos cofres públicos.

Como vemos, o Governo, para beneficiar apenas os seus auxiliares mais chegados, conseguiu criar uma área de atrito com o Poder Judiciário e descontentar todo o funcionalismo, que vê aproximar-se o dia dedicado à classe sem qualquer perspectiva de melhoria salarial, nem mesmo a possibilidade de remessa da Mensagem do aumento de 1978, ainda no corrente ano, para que possa ser implantada a partir de 01 de janeiro, um eventual aumento; evitando assim que o Governo, passados 4 meses, se beneficie com a retenção deste aumento, para promover algumas obras que pretende.

Afinal, quem pode contestar o "elevado espírito de justiça do Governo", que congela os Cr\$ 300,00 mensais de representação pagos a um advogado com mais de vinte anos de serviço para atribuir a bagatela de Cr\$ 25.000,00, também mensais, a seus Secretários? A diferença é pequena se o cálculo for diário. Os primeiros receberiam Cr\$ 10,00 e os Secretários cr\$ 833,33, aqui daria uma dzima periódica. Cada dia de um Secretário equivale a 83,33 dos bacharéis.

Parece-me que há um privilégio de vida aos bacharéis. Enquanto os Secretários possam viver 50 anos, os bacharéis poderiam multiplicar as suas existências pelo mesmo cálculo.

Efetivamente, a larga visão dos administradores da época, deve considerar normal o fato de exigir que um bacharel em Direito preste exatamente sete anos de serviços técnicos para pretender equiparar sua gratificação de representação neste período todo com aquela que pretende pagar a seus Secretários em apenas um mês (Cr\$ 300,00 x 84 meses = Cr\$ 25.200,00).

Essas aberrações, abusos e atos de insofismável dúvida de comportamento, somadas às inconstitucionais transferências de sede do Governo sem autorização desse legislativo e, ainda, os atos de política-partidária. Com a locomoção do Governo ao interior, seriam sinais claros de malversação do dinheiro público que ensejaria o "impeachment" do Senhor Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, com a autorização da Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Volto a consultar a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja ocupar os 15 minutos que lhe é reservado. — (Declina).

Havendo declinado, a Mesa consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, a quem concede a palavra para falar no horário Reservado à Aliança Renovadora Nacional.
O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"É com satisfação que nos damos hoje ao dever de responder mais uma crítica de um nobre membro da bancada oposicionista sobre o que se convencionou denominar interiorização do Governo.

Agrada muito contestar tais reparos, porque fazem apenas realçar uma salutar inovação administrativa implantada pelo Governador Jayme Canet Júnior, exatamente esta de dar nova dinâmica ao relacionamento entre cidadãos e governantes, para inaugurar um tempo novo, que é, afinal, a meta em que se empenha todo o Paraná.

Nas gratas oportunidades que me foram dadas de abordar o assunto, renovou-se o ensejo de dizer o quanto benéfico nos parece que o governante e sua equipe se desloquem ao interior, levando a todos os paranaenses a mensagem, a imagem e o trabalho de um governo, não elitista nem encastelado, mas integrado por homens interessados em ver, ouvir e decidir em comunhão com o povo.

Dissemos, também, que essa praxe revela uma vocação altamente democrática do governante, e faz dele o homem informado que precisa necessariamente ser para bem administrar, ao invés do gerente de oitiva, figura em que se transforma o mandatário que não consome a vivência as aspirações da sua gente, nem vive o ato político como ação profundamente humana e simples.

Sempre ressaltamos, o espírito de dedicação do governante e de sua assessoria, quando se deslocam nos finais de semana ao interior do Estado, não em diletantismo, mas em árduo trabalho, abdicando do lazer semanal pelo qual todos legitimamente aspiramos, sacrificando assim, o bem comum, as próprias e naturais exigências de convívio familiar.

Nunca deixamos esquecer, também, que a praxe da interiorização é salutar à economia pública, admitindo que esse deslocamento de poucos homens poupa aos administradores municipais e a qualquer cidadão do interior que devam encaminhar assuntos comunitários junto ao Governo do Estado, o ônus de viagens à Capital. Se dez Secretários de Estado, por exemplo, atendem cada um a dez audiências, são mais de uma centena de viagens poupadas.

Vemos, portanto, a interiorização administrativa como uma obra de fé, uma afeição ao dever, digna por isso de admiração — como, aliás, já foi expressa pelo Deputado Antônio Facci, embora este se alinhe como autêntico e dinâmico membro da bancada oposicionista.

Mas existem críticas. Por que se critica? Se a interiorização é democratizante, se representa saudável convivência de governante com governados, se é solicitada e até exigida por todos, se é recebida com entusiasmo pelas populações interiores, se não discrimina prefeitos da Arena e do MDB, se os resultados são fruídos por todos, se abre um diálogo constante entre povo e administração, se é um esforço dedicado além do dever, por que se critica?

O último opositor a tratar do assunto foi o nobre Deputado Waldenício Barbalho, que, além da poética verve, e do humor sardônico, pouco acrescentou aos argumentos já anteriormente apostos à interiorização do governo.

Afirma Sua Excelência que está sendo descumprida a Constituição Estadual, no item VII de seu artigo 21, onde se estatui que “compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador, autorizar a transferência temporária da sede do governo estadual”.

Em face do dispositivo, pretende o deputado Waldenício Barbalho seja o governador do Estado imputado por crime de responsabilidade.

Acusa o mesmo Senhor Deputado, mais adiante, que a interiorização vem favorecendo a Arena, comprometendo a autoridade, com o uso do Poder em favor de uma facção partidária. Textualmente, acrescenta que “usa-se o prestígio da presença material e política do governo, dos favorecimentos ilícitos da máquina administrativa, insuflando os mal fadados comandos políticos e dando a mais ampla cobertura à reunião do Diretório Regional da ARENA”.

Fala o Senhor Deputado Waldenício Barbalho, especi-

ficamente, da estada da equipe governamental em sua cidade de influência política, Paranavai, e faz curiosa rememoração de um espetáculo oferecido ao governador por líderes locais, onde foi apresentado o cantor Nelson Gonçalves ao invés de Sílvio Caldas. E acrescenta que ficaria bem, se viva fosse a cantora, uma apresentação de Dolores Duran, para apresentar a sua famosa canção “A Noite do meu bem”.

Em todos os itens, o Senhor Deputado empenhou-se com igual humor, certamente fazendo graça, pondo em risco o emprego de Millor Fernandes na Veja.”

A formalização de uma transferência de capital, mesmo temporária, certamente depende de aprovação legislativa. Jamais, entretanto, Curitiba deixou de ser Capital do Paraná, formalmente.

Quer o Deputado incriminar o Governador pela gravíssima culpa de dar margem à imprensa no encurtamento dos seus títulos editoriais, de afirmar que o Governador instalou a Capital nesta ou naquela cidade.

A maneira de dizer não formaliza um ato nem um fato. Para conhecimento do nobre Deputado, Curitiba é a única Capital do Paraná, e não deixou de sê-lo, legalmente, nem se intentou que não o fosse, em qualquer momento ou a qualquer pretexto.

Não cabe, pois, incriminar o Chefe do Governo, e certamente não é este o desejo do povo de Paranavai, que festejou a visita governamental e ao qual o Senhor Deputado Waldenício Barbalho diz representar, e tenho inabalável certeza, representa com extrema fidelidade.

Sobre as atividades partidárias da ARENA, que o nobre Deputado apontou como abusivas, cabe um reparo mais sério. Diz Sua Excelência, em trecho inserido nos Anais, a seguinte frase: “À prevaricação continuada e reiterada do Chefe do Poder Executivo opomos exação.”

Sabe o nobre Deputado, certamente, que a prevaricação constitui crime.

Sabe, também, que imputar crime falsamente a alguém constitui outro ilícito denominado difamação.

Talvez nesse tópico o nobre Deputado Waldenício Barbalho tenha se excedido em fazer graça e poderia virtualmente pagar o preço do humor negro ...

Vale-nos apenas lembrar argumentação já levantada nesta Casa.

Um governador é um ser humano e como tal uma unidade integradora.

Ele não pode, por ser governador, deixar de torcer para o Flamengo, abandonar a religião em que foi formado, desprezar as composições de Dolores Duran, ou mesmo vibrar com as tiradas sarcásticas do Deputado Waldenício Barbalho ...”

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, inicialmente o meu muito obrigado pela preferência ao meu modesto pronunciamento que fiz na última segunda-feira.

Quero apenas dizer a V. Exa. que, a ciência do Direito é uma ciência que se interpreta e cada qual interpreta como sabe, como deve, como pode.

Tanto é verdade, que nós vemos nos tribunais superiores, debates a respeito de interpretação detextos de Lei, havendo, algumas vezes, empate nas decisões.

Se V. Exa. entende que o Governo do Estado não sediou o Governo numa cidade do interior onde ele implanta-se e despacha e leva o seu Secretariado, que percebe diárias para este fim, se V. Exa. entende assim, eu entendo de modo diferente. Eu entendo que, a sede temporária do Governo do Estado do Paraná foi Paranavai, que, para o orgulho nosso transformou-se em Caputal, durante dois dias, como já fizera a cidade de Arapongas, onde tem o seu domicílio eleitoral e pontifica como político, o nobre Deputado Muggiati Filho. Tanto é

verdade, que V. Exa. não honrou somente a mim em citar alguns trechos do meu modesto pronunciamento, citou o nobre Deputado Muggiati Filho.

Toda esta matéria já está para o devido exame de advogados, no nosso Partido.

O Diretório do Movimento Democrático Brasileiro, autorizou a Comissão Executiva, a fazer o devido exame e, se necessário, processar o Governo.

"Vivemos uma fase de Executivo forte", dizia eu no pronunciamento, "e, naturalmente, de Legislativo fraco".

Conseqüentemente, todas as vezes que fala um Deputado, se adverte, inclusive, dos crimes que possa cometer.

Eu estou tranqüilo, nobre Deputado.

Falar-me de que eu poderia cometer um crime, quando eu não cometi, porque não tive a intenção, é absurdo. Se não absurdo, não vejo erro nenhum, porque prescreve a Constituição hoje relegada a segundo plano, não é cometer crime.

Mas esta advertência tem sido usada e até mesmo pelos homens que integram o Poder Executivo ou aqueles que o defendem, com o objetivo de calar Parlamentares.

Eu quero dizer a V. Exa., nobre Deputado, que jamais calarei e nem tenho receio de processo de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, contra o Deputado Waldenício Barbalho.

Falar-me a respeito de processos, que poderiam me processar, não me assusta.

Não me assusta, porque sou um homem vivo, e sofrido, mas, grato ao Estado do Paraná, a quem, penso estar retribuindo um pouco do muito que o Estado fez por mim, recebendo-me de braços abertos, em 1954, na minha cidade de Paranavai, hoje inclusive mancheteada através dos escândalos administrativos, dos quais inclusive poderá — poderá — estar fazendo parte o Governo que V. Exa. lidera com muito brilhantismo, nesta Casa.

Eu tenho a impressão que já disse tudo.

Não tenho receio porque sei que o tratei até muito bem.

Numa cidade em que se contrata um cantor para enfeitar a festa de Sua Excelência o Governador do Estado, transformam os atos administrativos em verdadeiros comícios eleitorais, se carregando à tiracolo o Presidente da Aliança Renovadora Nacional que convoca 23 municípios para participarem de reuniões, na sede do Governo, na sede provisória do Governo.

Lá está a placa, e a inauguração da placa contou inclusive com a participação do Governo que V. Exa. lidera nesta Casa, Sr. Jayme Canet Junior e do Prefeito Municipal.

Quando o Governo diz que o objetivo principal é apertar a mão do trabalhador, transforma toda aquela solenidade que deveria ser administrativa, em político-partidária.

Não condenamos a interiorização do Governo; em absoluto. O povo fica contente, satisfeito, sente-se prestigiado.

Mas, condenamos a transformação de atos administrativos em atos de natureza político-eleitoral porque fere a lei.

Nobre Deputado, meu muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES: — Evidentemente, nobre Deputado, não se pretendeu ameaçá-lo com qualquer tipo de processo, apenas ressaltei que o comportamento de V. Exa., talvez, pudesse se configurar numa tipicidade prevista pela lei penal e porque conheço bem V. Exa., sei da maneira cavalheiresca com que V. Exa. trata, não só o Sr. Governador como toda e qualquer autoridade. Mas, continuando —

"Da mesma forma, se o Governador, que é um político filiado à Arena, militante na Arena, vai ao interior, não deve e nem pode "arquivar sua posição partidária. E nada o impede, se assim desejar, de ir a uma reunião partidária. As limitações a que deve obedecer são as legais e estas estão sendo exemplarmente obedecidas.

Aliás, seria inútil tentar desfazer-se de suas convicções político-partidárias, pois quer se queira, quer não, o exercício

de governador é um plebiscito cotidiano.

E todo ato governamental é sempre aferido, avaliado e relacionado com a estrutura política onde o governante se insere.

Que as reuniões do diretório coincidam com sua eventual presença, é contingência que ao Governador não cabe e nem deve proibir. Da mesma forma, ninguém proíbe ao MDB que realize concentrações, na mesma oportunidade, conferindo-lhe o caráter que mais julgar conveniente.

Que corresponda à boa ação de um governo exercido por um político arenista um prestigiamto do partido é algo também inevitável e até democraticamente desejável, como inevitável seria que, se fosse má a ação desse governo, de tal fato se utilizaria o MDB para adensar o seu potencial partidário.

De tudo resulta a necessidade de ter sempre presente um postulado fundamental da vida política: Só é legítimo o direito de fazer oposição se se conferir igualmente ao Governo o direito de governar".

O Sr. Wilson Fortes — Nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

Nós queríamos nos congratular com V. Exa. pela explanação objetiva, clara e cristalina que está fazendo sobre críticas levantadas pelo eminente, pelo inteligente e astuto Deputado Waldenício Barbalho, nesta Casa de Leis.

Mas, nobre Deputado, nós que temos ido, semanalmente, ao interior, nós que temos corrido, em grande parte o Estado do Paraná e observamos, inclusive, a política nacional, vemos que, enquanto o Brasil todo procura uma maneira construtiva e inteligente de encontrar um modelo de governo nosso, um governo todo nosso, um governo democrático que evidentemente, concilie com a justiça social, o desenvolvimento e a segurança; vem constantemente, diariamente, o Partido da Oposição, colocando pedras no caminho, criando problemas no Senado, na Câmara dos Deputados. E, falando de uma forma mais regional, aqui no nosso Estado do Paraná, quando observamos o otimismo do governo através de realizações de obras extraordinárias, otimismo esse, que contagia, otimismo esse, que chega mesmo a neutralizar o pessimismo das caçandras, nós, recebemos potências no governo de Jayme Canet Junior, que deveríamos como representantes daquela região, e em especial, de Paranavai, nos orgulharmos.

Paranavai, foi Capital do Estado por dois dias; foi alvo de atenção não só no Estado do Paraná mas de todo o Brasil, a passagem do Governador por nossa cidade que recebeu vinte e tantos Prefeitos da nossa micro-região; e outros mais de outras regiões que lá estiveram inclusive, Prefeitos do MDB, deixou um extraordinário serviço, deixou resultados altamente positivos, nobre Deputado.

Somente a Secretaria do Interior, mais de cinco bilhões foram entregues no combate à erosão; e mais 60 bilhões de cruzeiros, nos serviços contratados, atingindo 75 bilhões de cruzeiros até dezembro; somente na Secretaria do Interior na SUCEPAR. E outros benefícios, todos foram atendidos.

Se o governo ao tomar posse, programa, faz obras e não vai ao Interior é porque o governo que assumiu, virou as costas para o povo; se o governo vai ao Interior, critica, porque o governo vai ao Interior levar benefícios, com objetivo eleitoral. Não entendo, nobre Deputado, confesso ao senhor que não entendo. São críticas vazias, críticas que não levam a nada.

Ponta Grossa, levantando-se contra a SANEPAR quando existe diariamente ou semanalmente, análise da água pela (RH) qualquer pessoa, qualquer cidadão pode tirar uma amostra de água e levar a um laboratório se não do Paraná, do Estado de São Paulo. O cheiro do BHC é natural, é a mistura do cloro com a água.

Isso ocorre no Estado do Paraná inteiro. A água da SANEPAR é barata mas, a Oposição grita; quanto mais se ampliam as redes da SANEPAR, mais a Oposição grita.

Então, não entendemos, um governo extraordinário como este, e sem puxasaquismo barato, nobre Deputado; nós ajudamos a eleger o governo aqui no Paraná e discordamos dele logo em seguida. E conhecendo o que o Governador vem fazendo.

Falam em "casca de ovo", meu Deus do Céu, que benefício extraordinário...

Analisando simplesmente o Noroeste do Estado, nós que estamos lá há tantos anos; o nobre Deputado Waldenício Barbalho que está lá desde 1.954 sabe, o que tem sofrido aquela região.

Nós que lutamos 12, 13 anos com serraria naquela região, o quanto sofremos. E hoje, as nossas safras sendo escoadas por rodovias extraordinárias se não de primeira classe, mas permitindo amplamente o tráfego, o escoamento de nossas mercadorias.

Se o Governo realiza, criticam; se o Governo não realiza, criticam.

Então, não entendemos, bendita "casca de ovo".

Realmente, como disse, numa das sessões anteriores aqui, o Deputado da Oposição, Deni Schwartz, "bendita casca de ovo", antes tivesse vindo para o Sudoeste há dez anos atrás.

E o Paraná hoje, que comenta por todos os seus rincões, que tem em Jayme Canet, um dos seus maiores governadores.

Já, passando nossas divisas, mesmo em Brasília e mesmo o Governador de Alagoas, comenta que Jayme Canet é sim, um dos maiores governadores do Brasil.

Enquanto nós devíamos trazer para dentro de nós, sensibilizando o nosso sentimento de homem público, esta satisfação que nos enche de alegria, a Oposição continua a gritar; a Oposição continua com críticas vazias e infundadas.

Confesso que é o objetivo da Oposição criticar. Talvez seja a sua política de sustentação.

Mas, nós observamos em várias críticas, críticas sem fundamento, que o objetivo não é outro a não ser chamar a atenção da imprensa escrita e televisada.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte do nobre Deputado Wilson Fortes, e reafirmo que V. Exa. traduziu com muito vigor o pensamento de nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar V. Exa. que o tempo que V. Exa. dispunha já se esgotou.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

A Presidência, sente-se no dever de prestar um esclarecimento ao Plenário sobre matéria que foi objeto de interpretação em sessão anterior, e que a Presidência faz questão de, antes de mandar incluir na Ordem do Dia, para que os Srs. Deputados tenham a oportunidade de conhecê-la, tendo em vista a decisão do plenário que desmembrou o Projeto de Lei 92/77, que fossem adotadas as seguintes medidas: — 1) — Autuar a parte desmembrada da Mensagem Governamental que diz respeito ao retorno à parte permanente de cargos que estão na parte suplementar. E ainda que dá nova denominação aos cargos de Assistente Técnico.

2) — Anotar que a matéria já foi aprovada em primeira discussão. A qual aconteceu na sessão de 6 de outubro de 1.977. O desmembramento autorizado pelo Plenário ocorreu somente quando da segunda discussão.

3) — Feito isto, o projeto está em condições de ser incluído na Ordem do Dia para a sua segunda discussão, uma vez que já recebeu pareceres das Comissões Técnicas.

4) — A Presidência determinou a juntada ao projeto, de cópia de Expediente que a Presidência encaminhou ao Governador do Estado, e que serviu de fundamentação ao projeto.

5) — Com isto, a Casa ficará ciente das verdadeiras razões que motivaram a Mensagem Governamental.

a) O Poder Legislativo não pode prescindir, a médio e longo prazo, de assessoramento superior.

Somente com a manutenção dos atuais cargos e da sua constante renovação, é que poderá alcançar o ideal de uma Assessoria de nível superior, compatível com as altas finalidades e atribuições.

b) Cumpre estabelecer um sistema de acesso a estes cargos, de forma que o mesmo atenda não só aos princípios constitucionais vigentes, como o da moral administrativa que deve imperar no procedimento rígido de promoções de forma a atender o critério de merecimento funcional e a qualificação específica para o desempenho de funções que requerem conhecimentos especializados.

c) Ressalta-se ainda que o objetivo da Mensagem não é unicamente promover o retorno à parte permanente dos cargos de Assistente Técnico. Estes são em menor número, 20. Cargos de Secretários de Comissão, 27. E de uma carreira integral de Auxiliar Técnico, 40. Também são previstos na Mensagem além da incorporação dos diretores adjuntos no grupo de assessoramento, que são em número de 3.

Tal retorno é a providência inicial necessária, ao estabelecimento de canais de acesso de uma carreira funcional para outra de atribuições correlatas, como sugere a melhor técnica de organização burocrática.

d) Por fim, esclareça-se que este é o primeiro passo para a reestruturação do Quadro de Funcionários da Secretaria desta Assembléia, uma vez que o grupo de trabalho encarregado de estudar a nova sistemática de cargos do Poder Legislativo, está apenas na dependência da aprovação do projeto em pauta, para concluir os estudos necessários e elaborar o anteprojeto de lei.

A Presidência sentia-se no dever de dar conhecimento do que mandou incluir como despacho ao que restou do Projeto de Lei número 92/77, agora transformado em Projeto de Lei número 144/77.

A Presidência tem também que valer-se da oportunidade da presença dos Srs. Deputados para informar que o Sr. Deputado Ezequias Losso, Presidente da Comissão Especial, destinada a investigar a situação do menor no Estado do Paraná, que aquela comissão reunir-se-á amanhã, às 17,00 horas na sala das Comissões, oportunidade em que receberá o General Alcindo Pereira Gonçalves, digníssimo Secretário dos Negócios de Segurança Pública, para o que convida a todos os Srs. Deputados a debaterem o tema do menor no Estado do Paraná.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente.

Necessita de apoio. — APOIADO.

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei número 63/77, que reconhece de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "VITAL BRASIL", do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede e foro em Vera Cruz do Oeste, no Município de Céu Azul. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 63/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a Associa-

ção, de Pais e Professores VITAL BRASIL, do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede e foro em Vera Cruz do Oeste, no Município de Céu Azul.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 65/77, que autoriza o Poder Executivo a transferir a sede na Inspetoria Regional de Ensino do Município de Santo Inácio, para o Município de Colorado. — **APROVADO.**

Redação Final do Projeto de Lei número 65/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a sede da Inspetoria Regional de Ensino do Município de Santo Inácio, para o Município de Colorado.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei 81/77, Mensagem 70/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças com estabilidade nos quadros da corporação. **APROVADO.**

Redação Final do projeto de Lei número 81/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica criado o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Paraná, com a competência, organização e funcionamento que esta Lei estabelece.

Art. 2o. — Compete ao Conselho de Disciplina, assegurada ampla defesa ao acusado, julgar:

- a) a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade assegurada, para permanência na ativa;
- b) a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, reformados ou na reserva remunerada, para permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art. 3o. — É submetido ao Conselho de Disciplina, o policial-militar referido no artigo segundo que for:

I — acusado oficialmente de ter:

- a) procedido incorretamente no desempenho de função orgânica;
- b) conduta irregular;
- c) praticado ato que afete o pundonor policial-militar ou comprometa o decoro da classe;

II — afastado do cargo, na forma da legislação vigente, em virtude de procedimento incompatível ou por demonstrar inaptidão para o exercício de funções policiais-militares;

III — condenado por crime comum ou militar, de natureza dolosa, em sentença definitiva, à pena restritiva de liberdade;

IV — filiado a partido político ou associação assemelhada, suspensos ou dissolvidos por Lei, ou que exerçam atividades nocivas à Segurança Nacional, bem como em favor deles preste serviços, angarie valores, realize propaganda de suas doutrinas ou empreste qualquer colaboração pessoal, sempre de forma dolosa.

Art. 4o. — O policial-militar ao ser submetido a Conselho

de Disciplina, é afastado do exercício de suas funções.

Art. 5o. — A constituição do Conselho de Disciplina e a nomeação dos respectivos membros, competem exclusivamente ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 6o. — O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação.

§ 1o. — O membro mais antigo, no mínimo um oficial intermediário, será o Presidente do Conselho de Disciplina; o que lhe segue em antiguidade exercerá as funções de interrogante e relator; e mais moderno as de escrivão.

§ 2o. — Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

- a) o oficial que formulou a acusação;
- b) os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) Os oficiais que tenham interesse na decisão.

Art. 7o. — O Conselho de Disciplina funciona sempre com a totalidade de seus membros, tendo como local a sede da Organização Policial-Militar (OPM) da área onde ocorreu o fato a ser apurado.

Art. 8o. — Convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência de, no mínimo, de 2 (dois) dias, reunir-se-á o Conselho de Disciplina, presente o acusado e seu defensor ou o oficial que o represente no caso de revelia, adotando o seguinte procedimento:

- a) depois de prestado o compromisso legal dos membros, será procedida a leitura e a autuação dos documentos pertinentes a constituição do Conselho de Disciplina e a nomeação dos seus integrantes;
- b) em seguida ordenar-se-á a qualificação e interrogatório do acusado, o que será reduzido a termo, devidamente assinado, fazendo-se, também a juntada de todos os documentos oferecidos pela defesa nos autos do processo.

§ 1o. — A fórmula de compromisso do Presidente é: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que me forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometo".

§ 2o. — Quando o acusado é praça da reserva remunerada ou reformado e não é localizado ou deixa de atender a intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Disciplina:

- a) a intimação é publicada em órgão de divulgação na área de domicílio do acusado, durante 3 (três) dias;
- b) o processo corre a revelia, se o acusado não atender a publicação.

Art. 9o. — Aos membros do Conselho de Disciplina é lícito repreguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 10 — Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o Libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1o. — O acusado, salvo revelia, deve ser intimado a comparecer à todas as sessões do Conselho de Disciplina, exceto a sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2o. — Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção perante o Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3o. — As provas a serem realizadas mediante carta precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar.

§ 4o. — O processo é acompanhado por um oficial:

- a) indicado pelo acusado para a sua defesa;

b) designado pelo comandante-Geral da Corporação, nos casos de revelia.

Art. 11 — O acusador será ouvido pelos membros do Conselho de Disciplina, para ratificar os termos da acusação, podendo ser inquirido pela defesa.

Art. 12 — O Conselho de Disciplina dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo único. O Comandante-Geral da Corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 13 — Realizadas todas as diligências, o Conselho de Disciplina passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1o. — O relatório, elaborado pelo escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir-se:

- a) é, ou não, procedente a acusação;
- b) no caso do item III, do artigo 3o., levados em consideração os preceitos da aplicação da pena estabelecidos no Código Penal comum ou no Código Penal Militar, é ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2o. — A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3o. — Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4o. — Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o presidente do Conselho de Disciplina remete o processo ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 14 — Recebidos os autos do processo do Conselho de Disciplina, o Comandante-Geral, justificando os motivos da decisão, determinará:

- I — o arquivamento do processo, se não julga o policial-militar culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;
- II — aplicação da pena disciplinar, se considera contravenção ou transgressão disciplinar a razão pela qual o policial-Militar foi julgado culpado;
- III — a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado;
- IV — a exclusão a bem da disciplina, se julga culpado o policial-militar submetido a Conselho de Disciplina pelos itens I, II e IV, do artigo terceiro desta Lei;
- V — a remessa do processo ao Governador do Estado para a efetivação da reforma se, pelo crime cometido, previsto no item III do artigo terceiro desta lei, considera que o policial-militar está incapacitado para permanecer na ativa ou na situação de reserva remunerada.

§ 1o. — O despacho que determinar o arquivamento do processo, sob a forma de Portaria, será publicado no Boletim do Comando-Geral da Corporação e transcrito para o cadastro funcional do policial-militar.

§ 2o. — A reforma do policial-militar é efetuada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 15 — O acusado ou, no caso de revelia, o oficial que acompanhou o processo, pode interpor recurso da decisão do Comandante-Geral da Corporação.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação em Boletim da decisão do Comandante-Geral da Corporação.

Art. 16 — Cabe ao Governador do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento do processo, julgar o recurso que for interposto da decisão de que trata o artigo 14.

Art. 17 — Aplicam-se a esta Lei, subsidiariamente, as nor-

mas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 18 — Para os efeitos desta Lei, o prazo de prescrição, nos casos previstos no artigo terceiro, itens I, II e IV, será de 3 (três) anos a contar da data em que o fato foi praticado pelo policial-militar.

Art. 19 — O parágrafo único, do artigo 294, da Lei número 1.943, de 23 de junho de 1954, (Código da Polícia Militar), passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Aspirante-a-Oficial e as demais praças com estabilidade presumida somente serão excluídos em virtude de decisão judicial ou com base no julgamento do Conselho de Disciplina”.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 88/77, que declara de utilidade pública, a Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 88/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO ROUPEIRO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 102/77, que declara de utilidade pública o “CORAL BENTO MOSSURUNGA”, com sede e foro na cidade de União da Vitória.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 102/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o Coral BENTO MOSSURUNGA, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 103/77, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LONDRINA”, com sede e foro na cidade de Londrina. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 103/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LONDRINA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 114/77, que declara de utilidade pública a Fundação do Bem Estar do Menor de Jacarezinho, com sede na cidade do mesmo nome.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei 114/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DO MENOR DE JACAREZINHO, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 119/77, que declara de utilidade pública a entidade denominada "Assistência Social e Educacional o Brasil Para Cristo", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI No. 119/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BRASIL PARA CRISTO, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 123/77, Mensagem no. 106/77, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI no. 123/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Especial de Previdência Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei no. 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE:	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
FUNÇÃO:	DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA:	PROGRAMAS INTEGRADOS
SUBPROGRAMA:	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
ATIVIDADE:	ATENDIMENTO A PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

DOTAÇÃO:	2301.07401832.335
----------	-------------------

3.0.0.0:	DESPESAS CORRENTES
----------	--------------------

3.2.0.0:	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
----------	--------------------------

3.2.1.0:	SUBVENÇÕES SOCIAIS
----------	--------------------

Fundo Estadual de Previdência

do Parlamentar Cr\$ 3.000.000,00

Art. 2o. — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei no. 6843, de 02 de dezembro de 1976, - Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1977.

Art. 3o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 109/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 125/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo

do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Campo Largo, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 109/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de CAMPO LARGO, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vista à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1o. Grau.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Lineu Turra, Relator

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 286/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 96/77, ex-Proposição no. 477/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Paraná, e o Município de CURITIBA, com interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba, URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres Favoráveis da C.C.H., e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 129/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Província Cristo Redentor, da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 110/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 131/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Leandro, ex-servidor desta Assembléia Legislativa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Cordeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no. 143/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à E.O.I.G., pelo transcurso do "Dia do Aviador". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo, no sentido de amenizar as multas, porventura impostas aos comerciantes da cidade de Apucarana, durante os dias em que lá permaneceram os funcionários da denominada "Fiscalização Integrada". — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de diligenciar providências para a imediata construção do Centro de Saúde de Ivaiporã. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, de conformidade com o art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, consubstanciado em apelo no sentido de que se faça instalar um telefone público no Bairro Jardim Pinheiro "Planta Santa Helena". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao Ministro da Educação e Cultura, pela execução do Programa de Política Nacional de Cultura. —

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Mesa defere. Será feita a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação) (Pausa)

14 Srs. Deputados aprovam; 7 rejeitam. Não há "quorum" para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, não entendemos qual seria assim a mecânica de uma matéria vencida depois de dada como aprovada por V. Exa., ter de ser votada novamente.

Não sabemos bem o Regimento Interno da Casa, devemos nos aprofundar nesse estudo. Mas isto não vem ao caso, Sr. Presidente.

Solicitaria de V. Exa., que procedesse à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende. É regimental o que V. Exa. requer.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Questão de Ordem) Sr. Presidente indago se existe matéria para ser apreciada, ainda.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Existe a matéria em votação; é uma proposição consubstanciada no requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. NILSO SGUAREZI — Data vênha, se não existe mais matéria, me parece que a sessão está, automaticamente, encerrada.

O SR. PRESIDENTE — Todo e qualquer requerimento objeto de votação, ele está ainda sob a consideração do Plenário, portanto, tanto quanto V. Exa. regimentalmente solicitou, e a Presidência atendeu a verificação de votação, cabe, ao eminente Deputado Gabriel Manoel, a verificação de "quorum" (Soam os tímpanos).

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa).

Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. — APROVADO.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende

e vai colocar em votação o requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel atendendo um pedido de verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se; os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se:

18 Srs. Deputados aprovam; 10 Srs. Deputados rejeitam. APROVADO o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Se V. Exa. poderia informar, na chamada nominal quantos estavam presentes?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) 30 Srs. Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então, Sr. Presidente, 18 aprovaram e 10 rejeitaram e V. Exa. concordou. Não ficou nenhum Deputado sem se manifestar.

Requeiro a V. Exa., com base neste fundamento, faça nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa, dá a matéria como aprovada e esclarece e quer me parecer que o eminente Deputado Lineu Turra respondeu à chamada e não estava na votação, tendo chegado ao plenário, confere 30 Srs. Deputados. A não ser que V. Exa. persista na questão de ordem, a Presidência dá como encerrada a sessão...

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, para que não se cometa uma injustiça, já que é flagrante a discordância entre a votação e a chamada nominal, requeiro se faça nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência acata e consulta o Sr. 1.º Secretário se o Sr. Deputado Lineu Turra teve frequência anotada. (Pausa).

O Deputado Lineu Turra respondeu à chamada e estava ausente no processo de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, com base no Regimento Interno, que exige que nenhum deputado presente à sessão, omita-se de votar, desde que não faça a devida justificativa, eu requeiro a V. Exa., então, nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência indefere e lembra que o Sr. Deputado Lineu Turra, com seu silêncio, concordou com a afirmação da Presidência e tendo tido sua frequência anotada, não participou do processo de votação e sua ausência não prejudicou o resultado, porquanto houve, com sua ausência, mesmo com a sua ausência, "quorum" para deliberação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente.

A propósito da explanação feita por V. Exa., com relação ao Projeto de Lei no. 144/77, e tendo em vista que nos parece existir um pequeno problema entre a decisão adotada e a decisão da Casa e o Parecer da C.C.J., e a fim de evitar que, posteriormente, seja a matéria argüida, e até se alegue, diante do que V. Exa. leu, foi acatada pela decisão, pedir a V. Exa., vistas desse Processo por três dias.

Era só isto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência ao dar conhecimento do Parecer exarado, pretendeu exatamente, provocar pronunciamentos dos Srs. Deputados.

A Presidência defere a solicitação de V. Exa. e solicita ao Departamentocompetente, faça com que chegue às mãos de V. Exa., para as vistas de 72 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nos 92 e 109/77; 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 129/77;

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Res. 306, 207, 308 e 347/77.

Levanta-se a Sessão